



Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita Carvalho (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do senhor Presidente André Valente Martins (CDU), ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 28/2023 - Reunião ordinária de 20 de dezembro de 2023**
  - 2. Projeto da Ata n.º 01/2024 - Reunião ordinária de 10 de janeiro de 2024**
  - 3. Projeto da Ata n.º 02/2024 - Reunião ordinária de 24 de janeiro de 2024**
  - 4. Projeto da Ata n.º 03/2024 - Reunião ordinária de 07 de fevereiro de 2024**
  - 5. Deliberação n.º 220/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DMAGPE/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2024/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações**
  - 6. Deliberação n.º 221/2024 – Proposta n.º 07/2024 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2024**
  - 7. Deliberação n.º 222/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 36 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP – Adjudicação**
  - 8. Deliberação n.º 223/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

9. **Deliberação n.º 224/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 693,60 m<sup>2</sup>, sita na estrada da Algodeia, em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 225/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua das Alcaçarias, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
11. **Deliberação n.º 226/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Imóvel designado por “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage”**
12. **Deliberação n.º 227/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DAF/DICONT/SERGE – Transferência de património do IHRU para o Município de Setúbal – “Lote 2”, situado em Bela Vista, Freguesia de São Sebastião**
13. **Deliberação n.º 228/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DAF/DICONT/SERGE/DURB – Contrato-promessa de cedência, em regime de direito de superfície, a celebrar com a associação cristã da mocidade de Setúbal**
14. **Deliberação n.º 229/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**
15. **Deliberação n.º 230/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DRH/DIDEC – Protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Faculdade Motricidade Humana de Lisboa**
16. **Deliberação n.º 231/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DASU/GAGIP – Início do Procedimento de Alteração do Regulamento do Ruído Ambiental do Município de Setúbal**
17. **Deliberação n.º 232/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DEB/DIGEPE – Candidatura do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas ao programa territórios educativos de intervenção prioritária de quarta geração (TEIP4)**
18. **Deliberação n.º 233/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DEB/DIGEPE – Proposta de protocolo entre a Mardive – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha e a Câmara Municipal de Setúbal**
19. **Deliberação n.º 234/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DEB/SEB – Constituição da Rede de Bibliotecas de Setúbal - RBS**
20. **Deliberação n.º 235/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DOM – AD 19/2023/DOM – Empreitada “Reabilitação de passadeiras no Município – Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no centro histórico de Setúbal” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
21. **Deliberação n.º 236/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DOM – Concurso público 07/2024/DOM – Empreitada “PRR acessibilidades 360 vias públicas” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
22. **Deliberação n.º 237/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DOM – CPCC 15/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do auditório de Azeitão” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**
23. **Deliberação n.º 238/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DOM – Aceitação de doação - Perfis móveis de betão - Aprovação da minuta**
24. **Deliberação n.º 239/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 16/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de viaturas ligeiras de passageiros, pelo período de 36 meses**
25. **Deliberação n.º 240/2024 – Proposta n.º 49/2024 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2024**

26. **Deliberação n.º 241/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DCDJ/DIDES – Academia de Voleibol de Praia de Setúbal - Apoio financeiro para participação em Torneio Internacional**
27. **Deliberação n.º 242/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DCDJ/DIDES – Associação de Desportos Caveiras Team Setúbal - Apoio financeiro para a realização de seminário**
28. **Deliberação n.º 243/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DCDJ/DIDES – Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão - Apoio financeiro para a realização do torneio de futebol “Roda a Bola” – 25 de abril de 2024**
29. **Deliberação n.º 244/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a realização da 4.ª prova do circuito nacional de latinas e Standard Pares & Ritmus Cup**
30. **Deliberação n.º 245/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DCDJ/DIDES – T10 Sports Culture - Apoio financeiro para a participação no Campeonato Nacional de Futevolei e material desportivo**
31. **Deliberação n.º 246/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 40.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense**
32. **Deliberação n.º 247/2024 – Proposta n.º 56/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**
33. **Deliberação n.º 248/2024 – Proposta n.º 57/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**
34. **Deliberação n.º 249/2024 – Proposta n.º 58/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**
35. **Deliberação n.º 250/2024 – Proposta n.º 59/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Experimentáculo, Associação Cultural - 2024**
36. **Deliberação n.º 251/2024 – Proposta n.º 60/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 17.ª Festa do Cinema Italiano**
37. **Deliberação n.º 252/2024 – Proposta n.º 61/2024 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro I**
38. **Deliberação n.º 253/2024 – Proposta n.º 62/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural**
39. **Deliberação n.º 254/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
40. **Deliberação n.º 255/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DCDJ/DICUL – Ratificação de isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**
41. **Deliberação n.º 256/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DCDJ – S.I.M.B.A. - Sociedade de Instrução Musical de Brejos Clérigos de Azeitão – Apoio financeiro para construção da nova sede**
42. **Deliberação n.º 257/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DCDJ – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Festival Internacional de Música de Setúbal 2024**
43. **Deliberação n.º 258/2024 – Proposta n.º 70/2024 – DURB/DIPU – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e Mitrena e adoção de Medidas Preventivas - Processo n.º 1009C/17**
44. **Deliberação n.º 259/2024 – Proposta n.º 71/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de um conjunto industrial - Processo n.º 144/23**

45. **Deliberação n.º 260/2024 – Proposta n.º 72/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de nave industrial, de telheiro, de portaria e de alpendre - Processo n.º 475/74**
46. **Deliberação n.º 261/2024 – Proposta n.º 73/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 76/24**
47. **Deliberação n.º 262/2024 – Proposta n.º 74/2024 – DURB/DIGU – Informação Prévia Favorável, relativa a Loteamento Urbano - Processo n.º 4/23**
48. **Deliberação n.º 263/2024 – Proposta n.º 75/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração - Processo n.º 447/22**
49. **Deliberação n.º 264/2024 – Proposta n.º 76/2024 – DURB/GAPRU – Legalização de alterações introduzidas em obra - Processo n.º 945/18**
50. **Deliberação n.º 265/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de Projeto de Arquitetura – Obras de alteração, ampliação e legalização de alterações efetuadas, de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 310/23**
51. **Deliberação n.º 266/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura - Processo n.º 296/23**
52. **Deliberação n.º 267/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DURB/GARIU – Publicidade alusiva a reabertura de unidade comercial – Pingo Doce – Rua Moinho do Frade – Ratificação - Processo n.º 44/24**
53. **Deliberação n.º 268/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística - Processo n.º 64/23**
54. **Deliberação n.º 269/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada - Processo n.º 12/22**
55. **Deliberação n.º 270/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 42/21**
56. **Deliberação n.º 271/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – artesanato - palavras com arte - Processo n.º 82/20**
57. **Deliberação n.º 272/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de venda de bifanas - Processo n.º 150/19**
58. **Deliberação n.º 273/2024 – Proposta n.º 85/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de venda de bifanas - Processo n.º 149/19**
59. **Deliberação n.º 274/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – tuk-tuk – para venda de água de côco - Processo n.º 105/19**
60. **Deliberação n.º 275/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de farturas, algodão doce e pipocas e carrinho com castanhas - Processo n.º 9/19**
61. **Deliberação n.º 276/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – carrinha “food-truck - Ostras sobre rodas” e esplanada - Processo n.º 113/18**
62. **Deliberação n.º 277/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de Normas de funcionamento das atividades nas zonas balneares do concelho de Setúbal 2024**
63. **Deliberação n.º 278/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2024 – Arrábida O2**
64. **Deliberação n.º 279/2024 – Proposta n.º 91/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de prolongamento de Licenças nas zonas balneares de Setúbal**

65. **Deliberação n.º 280/2024 – Proposta n.º 92/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de isenção de Pagamento de Taxas de Utilização de Recursos Hídricos nas zonas balneares de Galapos, Galapinhos e Creiro**
66. **Deliberação n.º 281/2024 – Proposta n.º 01/2024 – GAVPS – Recomendação de modificação ao contrato e de avaliação de resgate parcial –RETIRADA**

**C) Período destinado à intervenção do Público**

**A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), conforme documento anexo registado sob o n.º 6.

**2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que o senhor Presidente não poderia estar presente na reunião por motivos de saúde, cabendo-lhe fazer a sua substituição e conduzir a reunião de câmara. Informou os vereadores que no dia anterior decorreu uma atividade muito interessante com os trabalhadores da Câmara do Municipal de Setúbal, com a participação de cerca de 400 trabalhadores que fizeram um cravo humano. Disse que foi o contributo, enquanto trabalhadores do município, para as comemorações de 25 de Abril.

Informou que as imagens estavam disponíveis no site da câmara.

Agradeceu publicamente a todos os que participaram e a todos os trabalhadores da câmara que contribuíram para que a iniciativa tivesse sido um sucesso.

Informou os vereadores que surgiu uma situação anómala que acontecera naquele dia no lago do Jardim da Algodeia, sendo que ainda estavam a averiguar o porquê daquela situação, ao terem detetado que a água modificou a sua coloração e que os peixes estavam com dificuldades em respirar. Provavelmente foi um fenómeno relacionado com os fundos por questões de temperatura, no entanto, os técnicos estavam a averiguar. De imediato mobilizaram vários intervenientes por parte da Câmara Municipal, procederam à retirada dos animais mortos e fizeram a transição para outro local dos animais que estavam vivos.

Disse que se tratava de peixes, nomeadamente carpas grandes, tartarugas que muitas pessoas iam deixando e que se desenvolviam bastante, bem como outras espécies, estavam a proceder ao vazamento e ao reenchimento do lago por parte dos Bombeiros Sapadores de

Setúbal e tinham veterinárias da câmara que estariam a tratar das autópsias dos animais através de um instituto competente, assim como recolheram de imediato amostras de água para poderem detetar a causa.

Solicitaram aos munícipes que colaborassem com o intuito de não se aproximarem do lago, permitindo que os trabalhadores da câmara pudessem desenvolver todas as atividades, para que as questões de salubridade não se colocassem. Logo que tivessem mais informações também iriam divulgá-las.

Disse que estiveram vários trabalhadores de várias áreas no lago, para retirar os animais e a fazer toda a limpeza do local em horário de trabalho extra, para além das veterinárias da câmara que em colaboração com os Bombeiros Sapadores davam todas as instruções devidas, pelo que agradeceu publicamente, uma vez que se tratava de uma situação anómala.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Apresentou em nome da bancada os votos de rápidas melhoras do senhor Presidente de Câmara. Infelizmente o senhor Presidente não estava presente e continuavam sem receber as respostas às questões que colocaram na última reunião de câmara, no Período de Antes da Ordem do Dia, a qual foi interrompida da forma que todos recordariam.

Disse que não era por ainda não terem recebido as respostas na reunião, bem como nos dois comunicados que o senhor Presidente fizera publicar, que iriam deixar de insistir nas questões que foram colocadas. Na próxima reunião, quando o senhor Presidente estivesse restabelecido e estivesse presente, poderia responder de viva voz sobre o tema em questão, sobre aquilo que era a fundamentação falsa de um ponto específico de uma proposta votada no passado dia 27 de março.

Na sequência daquilo que foi a última reunião, Período de Antes da ordem do Dia, a qual foi interrompida no momento em que tentava fazer uma defesa da honra da bancada, após uma intervenção que considerava bastante infeliz do senhor vereador Fernando Negrão. Não tivera a oportunidade na reunião de 5 de abril, no entanto, não a deixaria passar.

Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que os Vereadores do Partido Socialista não se acobardavam, não fugiam e não se escondiam. Poderiam até falhar e certamente falhariam algumas das vezes, mas assumiam os erros e nunca se escudavam nem se escudariam numa eventual falta de qualidade dos serviços que lhes prestavam apoio, tal como o senhor Vereador já tinha feito uma vez, para esconder, para disfarçar aquilo que era a falta de preparação para os temas que estavam em debate ou para as reuniões de câmara.

Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que as suas afirmações, às quais o Vereador Vítor Ferreira se referia, foram proferidas na reunião n.º 2A/2021, conforme constava na página 34 da ata, a qual citaria para lhe avivar a memória.

Dissera o senhor Vereador Fernando Negrão, referindo-se ao Vereador Vítor Ferreira, que este não era merecedor de viver num Estado Democrático. Disse que não bastava quererem agitar penas vistosas, para poderem voar com alguma graciosidade.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Não poderia deixar de responder à intervenção anterior, que se resumia a nada. Quem assistira a toda a discussão saberia bem a razão pela qual tinha feito aquele comentário.

Disse que estranhava que não tivesse sido o senhor Vereador Vítor Ferreira a defender-se, mas um Vereador que não tivera nada a ver com a discussão, pelo que só falaria com o senhor Vereador Vítor Ferreira e não com o senhor Vereador Joel Marques.

Na última reunião tinha ficado comprovado que o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha um conceito de democracia que os deixava ligeiramente preocupados, porque na última reunião tinha feito um apelo ao recurso às armas. Um democrata não fazia apelo a recursos às armas, um democrata resolvia sempre os problemas através do diálogo e através de conversas entre forças políticas, por mais diferentes que fossem, era isso a democracia. O senhor Vereador Vítor Ferreira tinha feito um apelo ao recurso às armas, num Estado de

Direito Democrático, que era aquele em que viviam, com uma Constituição que o consagrava e que continha disposições legais no sentido da sua preservação.

Disse que os deixava preocupados no que dizia respeito a alguém que se dizia democrata, socorrer-se de figuras daquela natureza, sem saber se seriam a sério ou a brincar, mas que o tinha feito e todos os que estiveram na última reunião ouviram e assistiram. O senhor Vereador Vítor Ferreira que nem sequer tinha a coragem de olhar para si, sem saber do porquê.

(Intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha sido impressionante aquilo que o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha feito na última reunião. Em plena reunião de câmara, na cidade de Setúbal, fez um apelo ao recurso às armas, caso o mesmo fosse necessário. Referiu que um democrata não fazia aquilo.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que iria tentar evitar entrar naquela discussão de miúdos. Felizmente que gravavam reuniões, e poderiam perceber que não fez nenhum apelo à utilização das armas, no entanto, terá dito que a democracia corria os seus riscos e poderia acontecer um dia terem de pegar em armas para a defender. Disse estar gravado e que não iria prolongar mais a conversa. Cada um dizia o que lhe apetecia, mas gravavam felizmente as reuniões.

Disse ter vida profissional e social na zona do Vale de Cobro e recentemente em conversa apercebera-se que havia um problema com o sintético do ringue do Vale de Cobro. Tivera a oportunidade de verificar existirem aspetos que confirmavam a degradação, sendo perigoso fazer a prática desportiva.

Disse que se tratava de um equipamento importante, com uma atividade significativa, sendo bastante apelativo, no entanto, o piso sintético estava altamente degradado e junto às balizas existiam uns buracos grandes que tornava impraticável e perigoso para a prática do desporto. Dando voz a algumas das preocupações dos cidadãos, fazia um apelo para que no mais curto espaço de tempo se pudesse intervir no sentido de dar ao piso as condições que tivera anteriormente e que eram ótimas.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que iria levantar o tema da Algodeia, porque estivera e pôde constatar a informação que a Sr.ª Vice-Presidente prestou, a existência de muitos peixes mortos ao cimo da água, um cheiro nauseabundo e o trabalho excecional feito pelos trabalhos da Câmara Municipal de Setúbal. Constatou a dificuldade que os funcionários tiveram para entrar do lago, para recolha dos peixes que se encontravam mortos.

Referiu que os Vereadores do Partido Socialista, no mandato anterior, várias vezes levantaram questões referentes àquele lago e informaram existir um problema na bomba de circulação de ar e desconhecia se foi feita alguma intervenção naquele sentido.

Naquele dia acordaram com aquele triste cenário, onde se notava pela cor da água que o problema poderia estar relacionado com a questão da bomba, por falta de manutenção em termos de limpeza do fundo do lago ou por outro fenómeno natural que pudesse ter acontecido. Como dissera a senhora Vice-Presidente e bem, só depois das análises concluídas é que poderiam ter a informação. Disse que iriam ficar a aguardar a respetiva informação técnica.

Verificaram que nos últimos meses não houve a distribuição do jornal municipal.

Questionou se a não distribuição do jornal municipal estaria relacionada com uma opção política, atendendo que o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal tinha sido eleito pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (aproveitou para desejar as melhoras do senhor Presidente e que conseguisse ter uma rápida recuperação).

Questionou se foi uma opção política de dar preferência ao digital em detrimento do papel ou se aquela situação estaria relacionada com uma brutal dívida que a Câmara Municipal de Setúbal tinha para com os “CTT-Contact”.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Agradeceu e endereçou os parabéns à Divisão dos Direitos Sociais, na pessoa da Dr.ª Conceição Loureiro. Disse que tiveram a oportunidade de estarem presentes na assinatura de 11 protocolos de cooperação. Tratava-se de uma matéria para a qual deveriam estar todos muito atentos, uma vez que estaria relacionado com a transferência de competências na área dos direitos sociais. Teriam que estar muito gratos àquelas instituições, porque tinham feito um trabalho meritório. Todos sabiam o quanto era difícil realizar trabalho naquela área, porque se fazia muito com pouco e pelos números apontados na sessão, era preocupante, porque existiam problemas graves que não estavam ao alcance para resolver de imediato, como era a questão da habitação. Não tinham casas, os custos de arrendar uma casa eram cada vez mais elevados, havia muitas pessoas em situação de sem-abrigo e as instituições não tinham recursos ilimitados, sendo confrontados diariamente sem terem uma solução para as pessoas, para além da falta de retaguarda no apoio à doença mental. Disse que teriam que estar todos muito vigilantes sobre as matérias da ação social. Deveriam estar gratos às instituições, porque viram um acréscimo de um trabalho muito difícil de fazer no terreno.

Disse ser importante estarem ao lado das pessoas e conseguirem as apoiar no imediato, porque muitas vezes existiam situações que era preciso apoiar no imediato, mas também era preciso terem a capacidade, que nem sempre era fácil, porque as equipas eram reduzidas, de tentar encontrar um projeto de vida para elas. Algumas estavam numa fase da vida em que era muito difícil, mas haveria outras pessoas que, com ajuda, conseguiriam integrar-se na sociedade, voltar a trabalhar, serem úteis acima de tudo e promoverem aquilo que seriam os seus direitos humanos.

Parabenizou a Divisão dos Direitos Sociais, porque se tratava de um processo que não era fácil.

Relativamente à questão da Algodeia também tiveram relatos, fotografias e vídeos de vários municípios. Subscreeveu aquilo que tinha sido dito e agradeceu o apoio dos serviços.

Disse que poderia partilhar as fotografias relacionadas com um buraco de elevadas dimensões sem sinalização na Estrada de Santas, perto da paragem de autocarro, junto ao Instituto Politécnico.

Referiu que seria bom perceber o que acontecia e sinalizar até ser resolvido, toda a informação que tinham poderiam fazer chegar aos serviços.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que na última reunião a acusação de cobardia feita pelo senhor Vereador Fernando Negrão, foi extensível a toda a bancada, mas mesmo que não tivesse sido, a sua bancada era solidária. Outras bancadas poderiam não ser, no entanto, a sua bancada era inteiramente solidária.

Naquilo que era a visão que o senhor Vereador Fernando Negrão fez questão de os trazer, eventualmente Roosevelt, Churchill, de Gaulle ou até mesmo o esforço de financiamento de defesa da Ucrânia poderiam ser pouco democráticos.

Na Europa, do decorrer da 2.ª Guerra Mundial, tiveram líderes que foram pouco democráticos, porque pegaram em armas para defender a liberdade e a democracia. As visões da história, mais ou menos toldadas, ficariam certamente para quem as tinha.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse estar ligeiramente com vontade de rir, porque gostaria de saber onde estava a guerra em Portugal, na Península Ibérica ou mesmo na Europa mais próxima, à semelhança daquilo que acontecia na Ucrânia, aquilo que acontecera na 2.ª Guerra Mundial, aquilo que acontecera na guerra da Coreia com os Estados Unidos e por aí adiante. Nos exemplos que dera existia uma guerra e havia a necessidade de preservar, mesmo através das armas, a democracia.

Disse viverem numa democracia, que era uma democracia que corria normalmente, onde não existia nenhum problema bélico à sua volta ou agregado à mesma, sendo que o exercício da democracia deveria ser feito com diálogo, com capacidade de encaixe, com capacidade de negociação e com uma enorme sensatez. Aquelas seriam as armas que deveriam ser usadas

em democracia e não como disse o senhor vereador Vítor Ferreira, ao ter feito um apelo do recurso às armas, tendo ficado claro o tipo de armas que eram.

O senhor Vereador Vítor Ferreira fez uma alusão a crianças e a criancices, esperava que não tivesse a ver com a sua intervenção, porque a única coisa que lhe poderia responder é que foi de uma enorme infantilidade a intervenção do senhor Vereador Vítor Ferreira e mais infantil ainda era o facto do senhor vereador não assumir e precisar de passar procuração a um camarada seu para o defender de coisas que o senhor vereador dissera.

Disse que gostaria que o senhor Vereador usasse da palavra e se defendesse, deveria ter coragem para se defender.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que na reunião de câmara realizada a 10 de janeiro de 2024 abordaram as condições do Cemitério da Paz, à data procuraram perceber o que se estaria a tentar fazer para que as condições de degradação que iam sendo identificadas pudessem ser ultrapassadas. Sinais de preocupação relativamente às condições físicas do cemitério e à dignidade com que as pessoas ali estavam. Àquela data, a senhora Vice-Presidente referira existirem alguns sítios onde poderia parecer que estaria abandonado, mas que na realidade os corpos não poderiam ser levantados, no entanto, era feito um acompanhamento muito amiúdo por parte dos respetivos serviços.

A senhora Vice-Presidente dissera existirem quadros, caso não fossem usados para a sua função, precisariam de uma requalificação ou de outro arranjo paisagístico e referiu que os trabalhadores dos cemitérios fizeram há cerca de 2 meses, reparações a nível das condições de trabalho e a nível de aparência do próprio cemitério.

Decorrente de conversas que iam tendo com os setubalenses mantinham as preocupações para com o estado de manutenção do Cemitério da Paz, que continuava a evidenciar degradação e abandono, falta de limpeza, crescimento descontrolado de ervas daninhas de grandes dimensões na área envolvente dos talhões ou secções subjacentes ao espaço. Uma preocupação de oferecer conforto aos seus visitantes, dada a natureza da sua função.

Ao consultar o regulamento dos cemitérios do município de Setúbal, o mesmo remetia para: *“O culto dos mortos de forma digna e igualitária, sendo os cemitérios espaços representativos de uma cultura que enaltece a importância da vida”*. No mesmo documento, no que concerne à gestão dos cemitérios, no artigo 8.º, alínea i) *“Assegurar a manutenção e limpeza dos utensílios, ferramentas, máquinas, infraestruturas afetas ao cemitério”*, no artigo 10.º, ponto 2, *“Proceder à adequada limpeza diária do espaço interior e do espaço exterior”*.

Questionou como se justificava o atual estado do cemitério, sendo observável o abandono, as ervas de aninhas que, nalguns casos, estavam numa altura assinalável, parecendo em alguns pontos que estavam no meio do mato.

Perguntou se havia alguma dificuldade com a aplicação de herbicidas e se havia falta de funcionários.

Disse que não era admissível que aquela situação se arrastasse no tempo. Voltou a chamar a atenção para o exposto e apelava a uma intervenção para conferir dignidade ao local.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Informou que o jornal municipal continuava a ser distribuído, mas tivera uma alteração no modo como era feita a distribuição. Recebiam com regularidade munícipes que referiam que não tinham na sua caixa do correio o jornal municipal e solicitavam que o mesmo fosse enviado, demonstrando o interesse que os munícipes tinham no próprio. Não queria fazer qualquer apreciação daquela alteração de interesse relativamente ao jornal municipal.

Apelou para que pudessem respeitar e cumprir o regimento de funcionamento das reuniões de câmara e que não perdessem mais tempo com questões que poderiam ser de grande interesse em disputas, as quais não tinham interesse nenhum para a reunião de câmara nem para os munícipes. Podem ser interessantes noutros fóruns que não fossem certamente aqueles. Apelou para avançarem nos trabalhos da reunião.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Inicialmente não iria intervir, mas após ouvir o senhor Vereador Ricardo Oliveira disse que tinha ficado preocupado, razão pela qual não poderia deixar de intervir.

Informou o senhor Vereador que o incidente que ocorreu foi bom para colocarem as coisas no lugar e para perceberem o que era uma democracia, como funcionava, como deveria funcionar e como não deveria funcionar e dizer em que circunstâncias a mesma deveria ser objeto de terminadas medidas ou não. Por essa razão, tudo aquilo que fosse a discussão sobre democracia era importante e aquele ponto foi importante por essa mesma razão.

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Disse que estando a falar em democracia, embora estivesse a ser advogado em causa própria, pretendia referir ao que a senhora Vice-Presidente tivera ocasião de assistir e proferir palavras generosas, as quais consideravam merecidas, que estariam relacionadas com a dinâmica do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, que comemorando 50 anos do aniversário da sua fundação da Escola Luísa Todi, mas também fazendo uma homenagem a Luísa Todi, terá levado à cena através de um grupo de teatro “*Grupo Experimental de Teatro Luísa Todi*”, constituído por docentes e não docentes do agrupamento, uma peça com o nome “*Eu, Luísa*”, tendo sido produzida por alunos de uma turma do 6.º ano, do ano letivo 2021/2022, no âmbito de uma disciplina de oferta complementar a que chamaram “*Cruzar Olhares por Setúbal*”.

Disse ser advogado em causa própria, mas também a defender aqueles que seriam os valores de Abril, correndo o risco de alguns chamarem-lhe “*Abrileiro*”, porque havia uma tendência para chamar as pessoas que defendiam os ideais de Abril de “*Abrileiros*”, “*Grândoleiros*” ou outros nomes, o que iria evitar para não armar mais confusão.

A senhora Vice-Presidente disse palavras fantásticas, cujos autores ouviram e já tiveram ocasião de dar testemunho suficiente que os motivaram e sentiram-se orgulhosos. Gostaria numa primeira oportunidade de convidar os que estavam naquele espaço e os que assistiam em casa, para poderem assistir àquilo que era um momento fantástico de homenagem a Luísa Todi, e do desempenho daquilo que era a “*Escola Pública de Abril*”.

Disse ser uma homenagem simpática a Luísa Todi e também um momento em que podiam dar testemunho (nem tudo na escola era perfeito) que quando os meninos erravam eram responsabilizados, enquanto no tempo do Estado Novo quando os meninos erravam levavam umas reguadas e umas ponteiradas.

Deixou o desafio, caso fosse possível, para que a câmara ou as juntas de freguesia reforçassem no apoio.

Caso tivessem a oportunidade de assistir, valeria a pena, porque era uma homenagem que fazia a Luísa Todi, ao mesmo tempo, à escola pública e à cidade de Setúbal que iria comemorar mais um aniversário na próxima sexta-feira.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que cada um dos vereadores do respetivo pelouro teria registado as questões colocadas sobre o sintético do ringue e sobre o buraco na Estrada de Santas.

Relativamente à assinatura dos protocolos, disse que registou positivamente a apreciação da senhora Vereadora.

Disse ser muito importante para os serviços terem o reconhecimento de todos os vereadores do trabalho que realizavam, independentemente do serviço. Referiu que dois dias antes daquela reunião fizeram a assinatura dos protocolos, sendo que fazia todo o sentido fazer aquele registo.

Relativamente às questões do Jornal Municipal, o senhor Vereador também já tinha respondido.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, que o Cemitério da Paz era um terreno enorme, tinham imensos quadros, sendo que muitos deles não tinham condições para o acolhimento de corpos o que seria um problema, porque não valeria a pena estar a forçar, teriam que arranjar outra solução, sendo necessário a criação de uma zona de estar.

Disse estarem numa altura do ano, em que a questão das ervas era problemática em vários sítios e no cemitério também. Na semana anterior retomaram os trabalhos com duas equipas da Câmara Municipal a fazer o corte das ervas.

Disse existirem vários modelos de campas cuja manutenção do espaço era da responsabilidade dos familiares, no entanto, por diversas vicissitudes muitos desses familiares não faziam a respetiva manutenção. Se por um lado tinham quadros com campas muito arrançadas, por outro lado, tinham campas abandonadas e com aspeto que ninguém gostava.

No âmbito do regulamento, a responsabilidade da manutenção das campas era dos familiares. A câmara colocara em muitos sítios lajetas para impedir o crescimento de ervas, mas quando chegava a março e maio era impossível.

Atualmente as equipas de corte tinham instruções para fazer o trabalho junto das campas que não tinham a oportunidade de manutenção por parte das famílias, equipas que trabalhavam junto ao quadro dos ossários, mas posteriormente teriam que voltar ao princípio, uma vez que o espaço em questão era muito grande, o que os obrigava a fazer sempre aquele tipo de trabalho de manutenção.

Naquela altura fizeram as exumações do quadro que ficava junto ao muro, que era um trabalho muito exigente.

Disse que esteve naquele dia no cemitério para verificar como decorriam os trabalhos, e concluiu que a situação iria ficar regularizada.

Tratava-se de áreas muito sensíveis, cujos trabalhadores tinham algum receio, porque se tratava de campas das pessoas e cada pessoa tinha o seu modo de fazer a sua homenagem ao seu familiar, obrigando a que os funcionários tivessem que fazer o seu trabalho com o maior cuidado possível, no entanto, iriam tentar regularizar a situação com a maior brevidade possível.

Relativamente às ervas, disse concordar com a senhora Vereadora Patrícia Paz, mas relativamente ao resto, voltava a dizer o mesmo, os trabalhadores da câmara eram muito zelosos e o lixo que existia era retirado, uma vez que existiam muitos resíduos nos cemitérios relacionados com as flores naturais e artificiais, assim como também eram muito zelosos relativamente às ferramentas, dando o exemplo no dia em que eram feitas as exumações num determinado quadro, todas as lajetas eram retiradas pelos trabalhadores e depois reaproveitadas para serem colocadas num outro quadro que estivesse em serviço.

Referiu que havia outro problema, um dos concursos que abriam e que eram frequentes era o concurso de assistente operacional para o conteúdo funcional de coveiro. Acabaram de fazer um concurso e já tinha levado a reunião de câmara a abertura de outro, porque se tratava de uma área muito difícil de recrutar e nem todas as pessoas tinham a capacidade para dar a volta, por essa razão muitas delas pediam rescisão ou acabavam de por ter que ser encaminhadas para outras funções, porque aquelas funções eram muito difíceis de exercer.

Disse respeitar muito aquelas pessoas que trabalhavam no cemitério e tinham pessoas que trabalhavam há anos. Tinham pessoas que trabalhavam no Cemitério da Piedade, que era um cemitério muito difícil, porque não havia grandes maquinarias que os auxiliassem no trabalho físico, era quase tudo feito à mão, era um trabalho que deveriam valorizar e esperar que pudessem ser contratadas novas pessoas.

Naquele último concurso surgiram muitos jovens, sendo um deles uma senhora, a primeira trabalhadora na área dos cemitérios.

Esperava que naquele concurso se conseguisse fazer o rejuvenescimento dos profissionais naquela atividade, que era tão importante para a Câmara Municipal.

Disse que não poderia deixar de falar sobre a maneira como os vereadores, no decorrer das reuniões de câmara, se abordavam entre si. Deveriam ter a liberdade e a frontalidade de o fazer nos limites, sendo que cada um tinha conhecimento do mesmo. Não lhe cabia fazer outro tipo de intervenção, no entanto, todos conheciam os seus limites e muitas vezes, se não atuavam em conformidade, também sabiam o que faziam. O senhor Vereador Joel Marques começou a reunião, referindo que senhor Presidente não estava, sendo que já tinha ouvido a sua explicação pela qual o senhor Presidente não poderia estar presente.

Disse que não o iria defender, porque o senhor Presidente não precisava da sua defesa, ele iria estar certamente numa próxima reunião e de viva voz iria responder às questões levantadas, mas, no âmbito das questões que estiveram a falar, não poderia deixar de informar o senhor Vereador, o qual disse que a fundamentação que a CDU apresentara foi falsa. Significava que o senhor vereador começou mal a reunião, porque a fundamentação que a CDU apresentara não era falsa. Poderia ter havido outras interrogações por parte do vereador, mas não ter partido do princípio que a fundamentação era falsa.

Cada um dos vereadores haveria de responder por aquilo que seriam as suas intervenções, cada um conhecia os seus limites e saberia até onde poderia ir e da responsabilidade daquilo que diziam e que faziam.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que afirmaram na última reunião que a fundamentação do ponto 4 era falsa, no sentido em que não correspondia à verdade, porque não existiam autos. Não era uma questão de opinião, porque não era uma matéria de opinião, era uma matéria de facto que foi assumida pelos serviços do município na reunião que tiveram, não existiam autos, mas uma listagem. Os argumentos apresentados na última reunião, voltariam a ser colocados numa próxima reunião, atendendo que tivesse sido o senhor Presidente que apresentara a proposta no dia 27 de março. Entendiam que o senhor Presidente era quem deveria prestar os esclarecimentos que entendesse serem devidos, que até há data ainda não receberam.

Certamente que as afirmações que faziam não eram feitas de ânimo leve, faziam com base em informações que lhes foram prestadas e que eram fidedignas. Informações prestadas pelos serviços do município no qual tinham total confiança, aquando da reunião que solicitaram.

Disse ser com toda a clareza que afirmavam que a fundamentação daquela proposta, apenas no ponto 4 tinha por base uma circunstância que não existia.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse ficar o registo daquela afirmação que era uma opinião de um Vereador, não era uma factualidade, mas uma opinião do Vereador em como a informação era falsa, remetendo para a intenção de mentir e era isso que o senhor Vereador não poderia fazer.

Disse que seria uma discussão que certamente iriam ter noutra altura.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Sobre a questão relativa ao ponto 4, que resultava da proposta de intenção de aplicação de sanções, aprovada na reunião de câmara de dia 27 de março, havia uma afirmação reiterada do PS que aquela informação era falsa, havia uma informação reiterada dos senhores vereadores do PS, que tinha sido recolhido junto dos serviços municipais que aquela informação era falsa, no entanto, a informação reiterada pelo PS não era verdadeira. Como era perceptível, as propostas trazidas para deliberação de câmara eram feitas com conteúdo e com um acompanhamento técnico, os serviços não poderiam ter dito uma coisa que não correspondesse à verdade e no qual fizeram verter numa proposta apresentada ao executivo para apreciação em reunião de câmara.

Disse que os senhores Vereadores tentavam fazer um caso e um acontecimento por uma proposta aprovada em reunião de câmara, na qual os senhores vereadores evitaram que ela fosse sujeita a votação, mas que acabou por ser votada. Mencionou que se tratava de uma proposta de intenção de aplicação de sanções, que tinha 5 pontos com 5 sanções e com propostas diferenciadas de sanções financeiras.

Referiu que tinha sido discutido na própria reunião de câmara, colocado pela bancada dos senhores Vereadores do PSD, porque tinha sido clarificado que se tratava de uma intenção, porque seria comunicado à empresa, no âmbito da audiência prévia, para que a mesma se pudesse defender. Sobre isso estariam claros, porque a empresa faria a sua defesa.

Sobre o argumento que levava à identificação dos 1100 autos passados, entre junho e setembro de 2023, disse que foram emitidos 602 autos de notícia pela empresa Data Rede.

Referiu ser do conhecimento da câmara, dos serviços municipais, até por exposições feitas por munícipes, que a Data Rede estaria a emitir autos de notícia fora das suas competências, questão que na altura foi colocada pelos vereadores do PS e bem, acompanhado pelos serviços da câmara, dos quais o senhor vereador tinha toda a confiança nos serviços municipais, assim como o executivo CDU.

Mencionou que já tinha sido reconhecido pela senhora Vice-Presidente e pela senhora Vereadora Sónia, que os serviços municipais acompanhavam os processos com todo o empenho e que sabiam aquilo que faziam e que os vereadores de cada área também acompanhavam.

Disse que foram emitidos autos de notícia pela empresa e os serviços receberam várias reclamações de vários munícipes que vieram à câmara apresentar as suas reclamações, sendo que havia indícios de que foram aplicados autos de notícia pela empresa, extrapolando as suas competências. A empresa DATAREDE, a determinado momento, enviara à câmara uma listagem, um ficheiro - como o senhor vereador Fernando José gostava de identificar para tornar tudo aquilo mais absurdo - de 1100 tipificações de sanções.

Perante a dimensão do ficheiro os serviços responderam à Data Rede “*Verifiquem, porque este ficheiro não se aplica a todas as vossas competências*”. A empresa respondera à câmara dizendo “*Considerem todos, exceto os que não têm código*”, o que significava que só os que não tinham código é que não seriam utilizáveis. O referido ficheiro tinha sido enviado à câmara em fase de produção da plataforma dos CTT, passado a fase de testes, em fase em que já introduziram os dados para a aplicação dos autos de notícia.

Solicitaram à DATAREDE as matrículas associadas aos respetivos autos de notícia, sem que tivesse havido resposta e não havendo resposta, certamente que haveria uma interpretação.

Disse que os serviços municipais não tinham intenção nenhuma de mentir, de prestar informação falsa.

Lembrou estarem num processo de intenção de aplicação de sanções que caberia à empresa fazer a sua defesa e lembrou que aquela sanção tinha um valor de 10 mil euros, numa sanção total aproximadamente de 600 mil euros.

Considerou fazerem um caso e davam uma dimensão sobrevalorizada àquela questão. Caso comprovadamente a empresa DATAREDE, no âmbito da audiência prévia, justificasse que aplicaram menos do que os 1100 autos, os mesmos seriam ponderados. Não havia dúvidas para nenhum dos presentes, apesar da forma como aquela questão foi colocada, que a empresa DATAREDE emitira autos de notícia extrapolando as suas competências e seria isso que deveria ficar claro.

Os senhores vereadores gostavam de dizer que o senhor Presidente mentiu, que a senhora Vereadora mentira e que os serviços municipais foram muito competentes para a prestação de informação aos senhores Vereadores da bancada do PS, mas muito incompetentes para a prestação de informação e de proposta para deliberação de câmara, ao terem dado uma informação contraditória relativamente àquilo que foi a proposta apresentada.

Disse que não poderia acreditar naquilo que disseram aos vereadores nem na proposta para uma deliberação que não tivesse todos os conteúdos que fossem verdade, resultante de uma avaliação técnica.

Sobre aquele assunto estariam conversados, a empresa faria a sua defesa no tempo certo e até lá aguardariam a pronúncia da empresa.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que concordava com a senhora Vereadora Rita Carvalho, até porque já estavam a passar o Período de Antes da Ordem do Dia. O assunto iria ser apresentado novamente, tal como tinha sido dito pelos senhores Vereadores do PS.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não tinha nenhuma intenção de fazer qualquer intervenção sobre aquele tema, porque o senhor Presidente, na reunião privada assumira o compromisso de fazer-lhes chegar uma informação, dando nota do que teria sucedido, pelo que ficaram a aguardar, mas depois foram surpreendidos com os dois comunicados, o que

iria quebrar alguma confiança naquilo que eram as reuniões privadas nas quais se pretendia criar alguma conciliação nos interesses divergentes.

Disse que a senhora Vereadora Rita Carvalho, terá dito que o vereador Fernando José e os vereadores do Partido Socialista falavam no ficheiro. Informou a senhora Vereadora Rita Carvalho, que não eram os vereadores do Partido Socialista nem o Vereador Fernando José que falavam no ficheiro, foram os serviços da câmara que estavam sobre a responsabilidade da senhora Vereadora Rita Carvalho, que enviaram o referido ficheiro, o qual agradeceram. O ficheiro consubstanciava a fundamentação do ponto 4 da deliberação.

Aquela não seria uma questão menor, porque aquilo que era dito no ponto 4 daquela deliberação, era que a empresa emitira 1100 autos.

A senhora Vereadora dissera algo diferente, que até poderia estar naquela fundamentação e na deliberação, no entanto, de acordo com aquilo que constava na deliberação a empresa emitira mais de 1100 autos, dando 3 exemplos de autos, que foram dados naquela deliberação.

Os Vereadores do PS para terem acesso aos autos foram aos serviços, porque com base na listagem que lhes enviaram, sendo que o ficheiro é que tinha os autos identificados na deliberação, verificaram que aquela listagem não tinha autos nenhuns, tratava-se de códigos de ASR com várias situações tipificadas.

Como a senhora Vereadora dissera e bem, tratava-se de situações de teste, o mesmo tinha sido transmitido pelos serviços. O e-mail que tinha sido enviado, tal como tinha sido referido pela senhora vereadora e bem, conforme o diretor de serviços o e-mail com o ficheiro tinha sido enviado para os CTT, com conhecimento à câmara, porque estaria relacionado com o “*STICO - Sistema de Tratamento Integrado de Contra Ordenações*” no sentido de os autos circularem, com a informação prestada da emissão de 1100 autos com a acusação grave que estava consubstanciada.

Os Vereadores nada teriam a ver com o que se seguiria, se a empresa iria ou não reagir. Os Vereadores do Partido Socialista votaram na reunião com base numa fundamentação, estando claramente os 1100 autos e daqueles 1100 autos não conseguiu ver nenhum, apenas viu uma listagem que não tinha um único auto.

Questionou a senhora Vereadora se naquela listagem constavam os autos. A senhora vereadora terá dito que haveria indícios de a empresa ter passado 602 autos, mas aquilo que constava na proposta não era referência a indícios, mas aquilo que tinha sido votado em reunião de câmara foi a existência de 1100 autos.

Para justificar a fundamentação que contava na deliberação foi o envio de uma listagem que vinha no ficheiro, os vereadores do PS analisaram e verificaram que não se tratavam de autos, mas de códigos e que tinham a designação sobre as infrações que nada estariam relacionadas com o concelho de Setúbal.

Questionou a senhora Vereadora se a listagem que lhes enviou correspondia à afirmação que estava feito no ponto 4 da deliberação de que seriam os 1100 autos.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Informou o senhor Vereador Fernando José que o mesmo não tinha acesso aos autos emitidos, porque a câmara não tinha acesso à aplicação do “iParque”, onde os autos deviam estar disponíveis desde o início do contrato, nos termos do contrato assinado e sobre essa questão o senhor Vereador nada disse, andavam com questões à volta do ficheiro.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 7:

#### **“Saudação**

#### **164.º aniversário da elevação de Setúbal a cidade**

*No dia 19 de abril, celebra-se o 164.º aniversário da elevação de Setúbal a cidade. Este marco histórico, consagrado pelo decreto publicado em 19 de abril de 1860, atesta o lugar proeminente que Setúbal ocupava no panorama nacional no século XIX, destacando-se pelos*

*seus feitos económicos, sociais e demográficos. Ao longo dos séculos, Setúbal afirmou-se como um centro vital de comércio e cultura, enriquecendo a história de Portugal com o seu dinamismo e diversidade.*

*Na representação enviada ao rei D. Pedro V em junho de 1858, a Câmara Municipal de Setúbal fundamentou o pedido de elevação a cidade, destacando o papel fulcral que a cidade desempenhava na economia nacional. Com uma população significativa e um comércio próspero, Setúbal rivalizava em grandeza com as principais cidades do reino, evidenciando o seu potencial e importância estratégica para o desenvolvimento do país.*

*Hoje, ao celebrarmos este marco histórico, é imperativo olhar para o futuro e projetar uma cidade mais sustentável e inclusiva. Devemos aproveitar esta data para reafirmar o compromisso com o bem-estar de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. É tempo de investir em políticas e projetos que promovam a igualdade, a justiça social e o respeito pelo ambiente, construindo assim um futuro mais próspero e harmonioso para todos os habitantes de Setúbal.”*

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 8:

#### **“Saudação**

##### **Aniversário centenário do nascimento de Sebastião da Gama**

*No centenário do nascimento de Sebastião da Gama, que se evoca em Setúbal no dia 10 de abril, é com grande reverência que se recorda este poeta intemporal e dedicado professor. Sebastião da Gama, o poeta da Arrábida, transcendeu as fronteiras do tempo com a sua mensagem inspiradora, que continua a ressoar nos corações de todos os que o conhecem. Nascido a 28 de fevereiro de 1923, e eternizado na memória coletiva a 10 de abril de 1924, juntamente com a sua amada Joana Luísa, Sebastião da Gama deixou um legado poético notável, especialmente dedicado ao seu grande amor pela Arrábida. O seu poema "pelo sonho é que vamos" ecoa como um lembrete intemporal da importância de perseguir os nossos sonhos, mesmo que estes pareçam inatingíveis. A sua obra continua a inspirar gerações, e é com gratidão e admiração que o celebramos e honramos, lembrando sempre a sua mensagem de esperança e perseverança.*

*Sebastião da Gama permanece como uma figura imortal não apenas na poesia portuguesa, mas também nos corações daqueles que se deixam cativar pela sua visão única e pela sua paixão pela natureza e pela vida. A sua obra, marcada pela sensibilidade e pela simplicidade, revela uma profunda conexão com a terra e com os elementos naturais que o rodeavam, especialmente a imponente Serra da Arrábida. Através dos seus versos, ele transporta os leitores para paisagens deslumbrantes, convidando-os a contemplar a beleza do mundo com olhos renovados.*

*Além disso, é importante destacar o seu papel como educador dedicado, que não só transmitiu conhecimento aos seus alunos, mas também os inspirou a olhar para além das páginas dos livros e a descobrir a magia que existe em cada experiência de aprendizagem. A sua abordagem pedagógica, permeada de humanismo e empatia, deixou uma marca indelével nas vidas daqueles que tiveram o privilégio de cruzar o seu caminho. Assim, ao celebrarmos o centenário do nascimento de Sebastião da Gama, honramos não apenas o poeta talentoso, mas também o homem que dedicou a sua vida a partilhar a sua paixão pela poesia, pela natureza e pelo conhecimento com os outros.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 9:

**“Moção  
25 de abril**

*O 25 de Abril de 2024 assinala meio século desde o momento histórico que definiu os rumos da democracia portuguesa. Este marco, incontornável na nossa história, merece ser celebrado e recordado com a devida reverência.*

*O 25 de Abril é muito mais do que uma simples data no calendário. Representa o ponto de viragem que nos libertou das amarras de um passado sombrio e abriu as portas para um futuro de esperança e progresso. Há 50 anos, os portugueses ergueram-se em busca da sua liberdade, desafiando as correntes da opressão e da tirania sobre os nossos povos irmãos. Foi um ato de coragem que mudou o curso da nossa nação para sempre.*

*Neste momento de celebração, é importante reafirmar que a liberdade é a oportunidade de sermos melhores enquanto indivíduos e assim construirmos uma melhor sociedade. De facto, a liberdade não é apenas um direito, é também uma responsabilidade. É a responsabilidade de construir uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna.*

*Ao longo destes 50 anos, Portugal tem trilhado um caminho de progresso e desenvolvimento, mas não podemos dar por adquiridos os valores que abril nos legou. A liberdade e a democracia são conquistas preciosas que exigem o nosso constante empenho e vigilância. Não podemos permitir que o esquecimento se sobreponha à memória, nem que a indiferença substitua o compromisso cívico.*

*Devemos, portanto, olhar para o futuro, onde é imperativo que nos comprometamos a construir um Portugal mais justo e inclusivo nos próximos anos. As forças democráticas têm de unir esforços e trabalhar em conjunto para servir todos, todos, todos, sem deixar ninguém para trás. Isso implica fortalecer os alicerces da nossa democracia, garantindo que todos os cidadãos tenham voz e participação ativa na tomada de decisões políticas. Além disso, é essencial reforçar o nosso estado social, assegurando o acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação e garantir o desenvolvimento económico e a criação riqueza que o permita. Somente através da solidariedade e da colaboração coletiva poderemos enfrentar os desafios que se avizinham e construir um futuro mais próspero e humano para todos os portugueses.*

*Que este 25 de Abril seja, pois, uma ocasião não apenas de celebração, mas também de reflexão e de reafirmação dos valores que nos unem como povo. Que saibamos honrar o legado daqueles que lutaram pela nossa liberdade e que possamos inspirar as gerações futuras a defenderem com fervor aquilo em que acreditamos.*

*Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Portugal!”*

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações e moção, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs. 10 a 15:

**“Saudação**

***Nadadores do Clube Naval Setubalense conquistam Campeonato Nacional de Juvenis***

*O Clube Naval Setubalense fez-se representar por dez jovens atletas no Campeonato Nacional de Juvenis, conquistando 5 títulos nacionais, quatro individuais e um coletivo, entre mais de 800 atletas participantes, em representação de 105 clubes.*

*Na competição, que decorreu durante os dias 4, 5, 6 e 7 de abril, no Centro Olímpico de Piscinas Municipais de Coimbra, os nadadores Aubry Bennett e Rita Brito sagraram-se ambos campeões nacionais em duas provas individuais (Aubry Bennett - 50m Bruços e 100m Bruços Juvenis A; Rita Brito - 50m Bruços e 100m Bruços Juvenis B).*

*Daniel Pires alcançou também o pódio, tendo ocupado o 2º lugar nas provas 50m Masculinos Juvenis B e 100m Costas Masculinos Juvenis B.*

*Já nas estafetas, os atletas do Naval conquistaram o 1º lugar na prova de 4x100m Estilos Misto Juvenis B (Daniel Pires, Rita Brito, Luísa Frischknecht, Rafael Moniz) e o 2º lugar nas provas de 4x100m Livres Masculinos Juvenis B (Miguel Rocha, Pedro Silva, Daniel Pires,*

*Rafael Moniz) e 4x100m Estilos Masculinos Juvenis B (Daniel Pires, Miguel Rocha, Pedro Silva, Rafael Moniz).*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Naval Setubalense, equipa técnica e atletas pelos resultados obtidos nesta competição, reconhecendo o árduo trabalho e dedicação, que em muito dignificam e enaltecem o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

##### **Escola de Formação de Andebol do Clube Naval Setubalense reconhecida enquanto entidade formadora**

*No dia 6 de abril de 2024, a Escola de Formação de Andebol do Clube Naval Setubalense foi reconhecida pela Federação de Andebol de Portugal, enquanto entidade formadora.*

*Assim, o Clube Naval Setubalense tornou-se o terceiro clube do distrito a receber esta certificação, que vem reconhecer o trabalho desenvolvido para a promoção da prática desportiva da modalidade de andebol, nomeadamente no domínio da formação de jovens atletas, que encontram na Escola de Formação um espaço onde podem desenvolver as suas capacidades e competências desportivas.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Naval Setubalense, órgãos sociais, equipa técnica e atletas, que com a atribuição desta certificação, viram o seu trabalho e dedicação reconhecidos.*

*Através da sua atividade, o movimento associativo e todos os seus intervenientes desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento sociocultural dos territórios a nível local, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, algo que, ao longo dos seus quase 104 anos de existência, o Clube Naval Setubalense tem feito, sendo reconhecido por todos como um membro imprescindível da sociedade setubalense.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Clube de Motorismo de Setúbal**

*Fundado em 2016, o Clube de Motorismo de Setúbal assinalou o seu 8º aniversário no passado dia 13 de abril.*

*O Clube surgiu enquanto entidade promotora do desenvolvimento do motorismo no concelho e distrito de Setúbal, após ter sido identificado pelos seus fundadores a ausência de iniciativas e eventos desta modalidade no nosso território.*

*O motorismo é uma modalidade com milhares de fãs em Portugal, com imenso potencial por explorar, em especial na nossa região, sendo identificado e reconhecido por muitos enquanto um importante motor para o desenvolvimento desportivo, turístico e económico a nível local e nacional.*

*O Clube de Motorismo de Setúbal procura assim dar resposta à lacuna identificada aquando da sua criação, mas também constituir-se enquanto um parceiro a nível local para o desenvolvimento do território no seu todo.*

*Atualmente, é o organizador de duas provas de relevo a nível nacional, o Almada Extreme Sprint e a Rampa da Arrábida. A segunda é realizada no nosso concelho, nomeadamente na Serra da Arrábida, e é considerada a prova-rainha do desporto motorizado setubalense. Este ano, a prova esteve, mais uma vez, inserida no Campeonato Portugal de Montanha JC Group, organizado pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.*

*A 33ª edição da Rampa da Arrábida, que teve lugar durante os dias 16 e 17 de março deste ano, contou com algumas novidades e com a participação de 58 inscritos na prova do Campeonato de Portugal de Montanha JC Group e mais 14 na da rampa regional, tendo batido todos os recordes a nível de participantes como de público.*

*Esta prova, bem como toda a atividade desenvolvida pelo Clube de Motorismo de Setúbal são um importante contributo para o desenvolvimento desportivo do nosso território e para atração de visitantes, que com a prova têm a oportunidade de conhecer a nossa cidade e tudo aquilo que ela tem a oferecer, promovendo, desta forma, também o desenvolvimento económico e turístico de Setúbal.*

Os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Motorismo de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”**

As associações, clubes e coletividades dedicados à promoção da prática do chinquilha desempenham um importante papel junto da comunidade, em especial das pessoas idosas, as quais representam a maior parte dos participantes deste jogo, pois contribuem para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, para o envelhecimento ativo e para o combate à solidão e ao isolamento.

Estes intervenientes do movimento associativo constituem-se como parceiros indispensáveis para o envolvimento da pessoa idosa na comunidade, dando-lhe a oportunidade de participar, de forma ativa, na vida do seu bairro, freguesia e cidade.

Assim, entidades como Grupo Desportivo e Recreativo “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, desempenham um papel determinante para o desenvolvimento sociocultural a nível local, contribuindo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em especial da população idosa.

O GDR “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, criado com o intuito de promover a preservação do chinquilha, considerado um jogo tradicional com já centenas de anos, mas também de dinamizar e desenvolver o Bairro da Anunciada, estabeleceu-se enquanto um espaço privilegiado para a participação cívica, desenvolvimento de capacidades e competências, convívio e partilha de experiências, para os seus associados.

Fundada em 1988, por grupo de praticantes de chinquilha, que decidiram formar uma associação própria, separando-se da AMBA (Associação de Moradores do Bairro da Anunciada), esta coletividade assinalou o seu aniversário no passado dia 14 de abril, celebrando 36 anos de trabalho e atividade desenvolvidos em prol da comunidade, num verdadeiro ato de voluntarismo e cidadania.

Reconhecendo todo o trabalho desenvolvido pelo GDR “Ídolos do Chinquilha da Anunciada”, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a coletividade, órgãos sociais, sócios e todos aqueles e aquelas que têm contribuído para a sua atividade ao longo dos últimos 36 anos, por mais um aniversário e por mais um ano de envolvimento na vida comunitária e associativa do concelho de Setúbal.”

#### **“Saudação**

##### **164.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade**

Setúbal foi, desde os seus tempos de vila, um motor de desenvolvimento do território nacional no seu todo, em diversos domínios. O contributo de Setúbal e dos setubalenses para criação de riqueza, para a inovação, evolução e transformação social da sociedade portuguesa é notável e reconhecido. Ao longo de muitos séculos, a vila foi agraciada por diversas, tendo se verificado um aumento significativo da importância da região a partir do século XV e assim do respetivo reconhecimento atribuído através da promoção da criação de infraestruturas, como o aqueduto, o qual viu a sua construção iniciada em 1487, durante o reinado de D. João II, ou com a atribuição de títulos, como é exemplo o título de “notável villa”, concedido em 1525, por D. João III.

Mais tarde, já durante a segunda metade do século XIX, em 1860, o desenvolvimento económico e demográfico da vila levou à sua elevação a cidade.

Setúbal tem, desde sempre, estado presente naqueles que foram os marcos mais importantes da História de Portugal, não como simples espectador, mas sim, enquanto elemento imprescindível à sua concretização. Aquando da instauração da República, proclamou-a a 4 de outubro, antecipando o rumo da História, devido às suas fortes raízes republicanas e ligação ao Partido Republicano, o qual celebrou o seu décimo congresso no dia 25 de abril de 1909, na nossa cidade. Foi também, devido ao forte desenvolvimento industrial, que Setúbal acompanhou o despontar do movimento sindical em Portugal, que levou à melhoria das

*condições de trabalho, à criação e garantia de direitos laborais e sociais, bem como à proliferação dos ideais republicanos e democratas.*

*A partir de 1974, com a Revolução dos Cravos, Setúbal e as suas gentes viram a oportunidade de ir mais além, de criar e Ser sem restrições ou limitações. Aí, foi iniciado o caminho para a concretização de uma cidade democrática, globalizada, igual e inclusiva.*

*Celebrar a elevação de Setúbal a cidade e assim toda a sua História, é celebrar todos os setubalenses, os de ontem e os de hoje, aqueles que aqui nascem e aqueles que aqui escolhem ficar, é celebrar Bocage e Luísa Todi, e com eles todos aqueles que, nas diversas áreas, elevam a nossa cidade, mas também todos aqueles que no seu anonimato, através do seu trabalho e cidadania, a dignificam e enriquecem.*

*Celebrar Setúbal é tradição piscatória, é poesia pelo olhar de Bocage, é música pela voz de Luísa Todi, é Serra da Arrábida, é sonho pelo Sebastião da Gama. Setúbal é também Mário Regalado eternizada pelo Xico da Cana pelo nosso Rio Azul:*

*Setúbal eu tenho pena*

*De não te saber cantar*

*Tu és mote de um poema*

*Que ninguém sabe ensinar*

*Se a beleza em qualquer lado*

*Se trocasse por dinheiro*

*Com a princesa do sado*

*Comprava-se o mundo inteiro*

*Onde é que existe um rio azul igual ao meu*

*Que em certos dias tem a mesma cor do céu*

*Minha cidade é um presépio é um jardim*

*Queria guardá-la inteirinha só para mim*

*Setúbal terra morena*

*Onde tudo fica bem*

*Tens a beleza serena*

*Do rosto de minha mãe*

*Oh rio sado de águas mansas*

*Para o mar vais a correr*

*Não leves minhas esperanças*

*Sem esperanças não sei viver.*

*E citando Bocage “Amores vêm e vão, mas o verdadeiro amor nunca sai do coração”.*

*Celebrar Setúbal é reconhecer essa entrega, mas também todo o seu potencial por explorar, fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural de uma verdadeira capital de distrito e para a concretização de uma cidade de todos e para todos.*

*No próximo dia 19 de abril, sexta-feira, celebramos Setúbal, uma cidade rica em conhecimento, cultura e tradição e com ela todos os municípios, movimento associativo, tecido empresarial, instituições e entidades setubalenses.*

*Setúbal somos todos nós!”*

### **“Moção**

#### **50 anos do 25 de Abril – 50 anos de Liberdade**

*2024 é o ano em que assinalamos o aniversário de um dos mais importantes dias da nossa vida coletiva.*

*O dia em que celebramos o culminar dos esforços e da vontade de um povo.*

*Foi, a 25 de abril de 1974, que terminou o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental do séc. XX, o qual, durante 48 anos – 7 de Ditadura Militar e 41 de Estado Novo –, contribuiu para o aprofundar das desigualdades, com a limitação das liberdades individuais e coletivas, através da utilização de mecanismos de opressão e subjugação.*

*Assim, no próximo dia 25 de abril, celebramos aquilo que foi o início de um longo caminho de instauração, transição e consolidação democrática, mas também de importantes avanços*

*sociais, económicos e culturais, que contribuíram para a construção de uma sociedade livre, inclusiva, igual e heterogénea.*

*A transição democrática portuguesa é considerada um exemplo de uma transição de regime bem-sucedida, não só porque levou à construção e consolidação de um regime democrático após décadas de autoritarismo, mas também porque foi capaz de envolver os cidadãos nesse processo, em especial nas suas comunidades locais, ao promover a participação cívica e assim, a construção de uma sociedade de todos e para todos.*

*Contudo, Portugal não está imune à onda de retrocesso e conseqüente enfraquecimento da democracia, algo que se faz sentir um pouco por todo o mundo, com a proliferação de movimentos e partidos de extrema-direita, com o extremar de posições políticas e ideológicas e com a normalização do discurso de ódio, os quais dão força às aparentes soluções de génese autoritária.*

*Assim, mais do que nunca, é importante comemorar este dia, celebrando pública e efusivamente os valores da Democracia, reconhecendo que, apesar de tudo, nada está garantido.*

*Cabe a todos nós, no nosso dia-a-dia e enquanto cidadãos, construir a Democracia, protegendo-a dos ataques, não tão subtis, de quem gostaria de impor, mais uma vez, a sua vontade à de um povo.*

*Celebrar Abril, é celebrar o fim de décadas de repressão e opressão e o início de um período marcado pelo progresso e pelos avanços, que nos conduziram até aos dias de hoje. É prestar homenagem a todos aqueles e aquelas, que publicamente ou no seu anonimato, deram voz aos anseios de um país, que desejava mudança e liberdade, defendendo aquilo que tanto trabalharam para construir, pelo qual foram presos e torturados, pelo qual tiveram de fugir, submetendo-se à clandestinidade e pelo qual deram a sua vida.*

*É nossa responsabilidade celebrar coletivamente Abril. É responsabilidade daqueles que em 1974 se tornaram livres e daqueles que nasceram já em Liberdade, pois é nosso dever proteger o que construímos ao longo dos últimos 50 anos, como legado coletivo da sociedade portuguesa, para a contínua e ininterrupta consolidação da democracia e dos seus valores e para a construção de um Portugal cada vez mais Igual, Justo e Solidário, onde não há lugar para o retrocesso, discriminação, violência ou intolerância.*

*Celebrar Abril deve ser um exercício diário de cidadania e de defesa de um legado com qual fomos confiados, que é tão individual como coletivo.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam todos aqueles e aquelas, que diariamente fazem pela concretização dos desígnios de Abril, pelo desenvolvimento de Portugal, pela consolidação da Democracia e pela defesa da Liberdade, continuando a construir aquilo que foi iniciado há 50 anos, conscientes da sua fragilidade e mais convictos do que nunca.*

*Abril é de todos! Abril somos nós!*

*Viva o 25 de Abril!*

*Viva Setúbal!*

*Viva Portugal!"*

**Sr. Vereador Fernando José** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 16:

### **“Moção**

#### **1.º de Maio – Dia do Trabalhador**

*Neste ano, em que assinalamos os 50 anos do 25 de Abril, celebramos também 50 anos de importantes avanços sociais e económicos, alcançados através da consolidação dos direitos dos trabalhadores, que, com a Revolução dos Cravos, voltaram a comemorar o Dia do Trabalhador e iniciaram um importante percurso para o reconhecimento, valorização e dignificação do seu trabalho.*

*Assim, celebrar o Dia do Trabalhador é também celebrar Abril, a Liberdade e a Democracia.*

*A luta pelo reconhecimento e consolidação dos direitos laborais, pelas reivindicações e legítimas aspirações dos trabalhadores, é um ato contínuo e fundamental para o progresso da nossa sociedade democrática, construída diariamente sobre os alicerces da Igualdade, Solidariedade e Justiça, para o qual todos devemos procurar contribuir e do qual o poder político não se pode desassociar.*

*Desta forma, cabe a este último promover a criação das necessárias pontes de diálogo, com vista à procura de respostas para as necessidades dos trabalhadores, acompanhando assim as suas preocupações e os seus anseios, para a construção de um mundo do trabalho com mais direitos e com mais dignidade, pois só o diálogo e a concertação trazem soluções.*

*Foi neste sentido, que há cerca de 8 anos, o Governo liderado pelo Partido Socialista iniciou um caminho, junto de todos os trabalhadores e trabalhadoras, para a efetiva consolidação dos direitos laborais, para a criação de mais e melhores condições de trabalho, para a promoção do equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar e para promoção da igualdade de género no local de trabalho.*

*Esse caminho, que espelha o compromisso do Partido Socialista com a luta contra a precariedade e com a valorização dos trabalhadores, teve início com a devolução de direitos sociais e laborais que tinham sido retirados e levou à criação de novos direitos, ao aumento dos rendimentos dos trabalhadores e reformados, à recuperação da economia, ao aumento do emprego e, conseqüentemente, à diminuição do desemprego.*

*Em 2023, Portugal assinalou o Dia do Trabalhador com a entrada em vigor da Agenda para o Trabalho Digno, um documento que reflete esse compromisso, mas também a valorização do diálogo social, que tornou possível a criação de soluções, que vieram dar resposta a problemas há muito identificados, mas também a novos desafios, potenciados pelo contexto pandémico e pós-pandémico.*

*A Agenda para o Trabalho Digno, que vira para o futuro a agenda laboral e os direitos dos trabalhadores, é um documento inovador, que tem como objetivos **(1) combater a precariedade, valorizar os salários, incentivar o diálogo social e a negociação coletiva, (2) promover igualdade no mercado de trabalho entre mulheres e homens, (3) criar condições para melhor o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e (4) reforçar os mecanismos de fiscalização.***

*De forma a concretizar estes objetivos, foram criadas **70 medidas**, das quais são exemplo o **aumento do subsídio quando as licenças parentais são partilhadas, de forma igual, entre pai e mãe, a criação da licença por luto gestacional, a limitação da duração dos contratos temporários, passando os mesmos a poder ser apenas renováveis por 4 vezes, o reforço da proteção dos direitos dos jovens trabalhadores-estudantes, passando estes a poder acumular o abono de família e as bolsas de estudo com o salário, a proibição da utilização de outsourcing durante um ano após um despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho e a implementação de medidas de discriminação positiva para as empresas com contratação coletiva dinâmica no acesso a apoios públicos nacionais e europeus, bem como a incentivos financeiros e fiscais.***

*Este documento representa o culminar do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, tendo, em paralelo com os **9 aumentos do salário mínimo nacional, o aumento consistente do salário médio, o aumento do peso das remunerações na economia, para 47% do PIB, e a redução dos impostos sobre as famílias,** contribuído para o esforço realizado para a consolidação dos direitos laborais e sociais e para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos portugueses.*

*No entanto, não podemos dar como garantidos os avanços e direitos alcançados até agora. É fundamental defender os interesses dos trabalhadores, salvaguardar os seus direitos, promover o diálogo e procurar continuar este caminho marcado pelo progresso, não dando nem um passo atrás.*

*Salvaguardar os direitos laborais e sociais é imprescindível para defesa da própria Democracia. Dar um passo atrás representaria um retrocesso profundo, face aos avanços dos últimos 50 anos para a efetiva valorização e dignificação dos trabalhadores.*

*Neste Dia do Trabalhador, no ano em que celebramos os 50 anos do 25 Abril, prestamos especial reconhecimento ao papel determinante destes homens e mulheres, que diariamente, através do seu trabalho, consciência coletiva e exercício da sua cidadania, constroem a nossa sociedade e defendem a nossa Democracia, saudando todos estes trabalhadores e trabalhadoras, os do passado e os do presente, e em especial os concelho de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

**“Saudação**

**164.º Aniversário da elevação de Setúbal a cidade**

*Celebra-se, no dia 19 de abril, a elevação de Setúbal a cidade.*

*Somos cidade há 164 anos, no que foi um ato de absoluta justiça perante o crescente desenvolvimento da que era então uma das maiores vilas do reino, em população e em crescimento económico.*

*164 anos depois continuamos a crescer e a reforçar a nossa importância, com a plena consciência de que seremos sempre uma das mais importantes cidades europeias.*

*Somos importantes pelo que somos, pelo que produzimos, pela riqueza que geramos como um dos concelhos mais desenvolvidos do país.*

*Somos importantes pelas indústrias que aqui laboram e pelas que nos continuam a escolher para aqui se instalarem; somos importantes pelas atividades económicas que nascem, crescem e se multiplicam. Mas somos também importantes pela rica atividade cultural que aqui floresce, pelo património histórico que albergamos e preservamos. Somos importantes, acima de tudo, por causa de todos os que fazem desta grande cidade a sua cidade, nascidos ou não à beira do Sado.*

*Os setubalenses e azeitonenses são o nosso maior ativo. São eles que constroem a cidade todos os dias; são eles que, onde quer que estejam, recordam o que é Setúbal.*

*Nestes 164 anos da nossa cidade, saudamos todos os que, por todo o concelho, da Gâmbia a Azeitão, sempre se empenharam no engrandecimento de Setúbal e no seu constante desenvolvimento enquanto grande território coeso e portador de uma identidade marcante.”*

**Sra. Vice-Presidente** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

**“Saudação**

**50.º Aniversário da Revolução de Abril**

*A Câmara Municipal de Setúbal, na véspera da comemoração de mais um aniversário da Revolução os Cravos, saúda todos os que, ao longo dos últimos 50 anos tiveram e têm um papel ativo na concretização dos valores de Abril que acabaram com quase meio século de ditadura fascista.*

*Comemorar Abril é uma oportunidade de afirmar os valores da liberdade e de valorizar o caminho de aprofundamento da democracia participativa.*

*Participar nas comemorações do 25 de Abril é uma oportunidade para revelar a importância nas nossas vidas das profundas transformações ocorridas na sociedade portuguesa com a Revolução de Abril de 1974.*

*O voto verdadeiramente universal foi, finalmente, instituído.*

*O Poder Local passou, efetivamente, a representar as populações que, finalmente, passaram a eleger os seus autarcas em processos livres, democráticos e justos.*

*Setúbal, muitas das suas personalidades, dos seus homens e mulheres de cultura, dos seus militares, dos seus artistas, dos seus trabalhadores, dos seus empresários, sofreram, resistiram ou lutaram com e contra a ditadura e pugnaram, participaram e ajudaram a construir a democracia portuguesa.*

*Um dos símbolos desse dia que iniciou a Revolução dos Cravos, como ficou para sempre batizada, é o cantor José Afonso, um artista que adotou Setúbal, onde viveu, antes e depois do 25 de Abril, e onde foi sepultado após a sua morte, a 23 de fevereiro de 1987, numa cerimónia fúnebre que emocionou o concelho, bem como todo o país, e mobilizou dezenas de milhar de pessoas.*

*Setúbal associa a celebração do cinquentenário da Revolução dos Cravos à figura de José Afonso e por isso celebra Abril com o lema “Venham Mais Vinte e Cinco”, glosando assim uma das composições mais famosas do cantautor, a canção “Venham Mais Cinco”, escolha inicial do Movimento das Forças Armadas para servir de senha à revolução.*

*Ao celebrar os 50 anos da Revolução dos Cravos, reafirmamos as palavras da senha cantada por José Afonso e declaramos que todas as terras devem ser “terras da fraternidade” e que também em Setúbal “o povo é quem mais ordena, dentro de ti, ó cidade”.*

*Viva o 25 de Abril!”*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 28/2023 - Reunião ordinária de 20 de dezembro de 2023**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Projeto da Ata n.º 01/2024 - Reunião ordinária de 10 de janeiro de 2024**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **3. Projeto da Ata n.º 02/2024 - Reunião ordinária de 24 de janeiro de 2024**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **4. Projeto da Ata n.º 03/2024 - Reunião ordinária de 07 de fevereiro de 2024**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **5. Deliberação n.º 220/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DMAGPE/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2024/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 23.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a sua bancada via com alguma estranheza que se caminhasse mais uma vez para uma circunstância de privatização daquilo que era o espaço público, de um equipamento de referência, que do ponto de vista de quem utilizava os equipamentos instalados, como era caso dos “Bungalows” e também para os caravanistas, autocaravanistas e campistas que procuravam o concelho de Setúbal, tinha um espaço que

granjeara muitos elogios e uma procura muito significativa, assumindo-se como uma referência dentro daquele género de parques de pequena dimensão, bem como pela sua localização privilegiada e de excelência junto ao rio Sado.

Por essa razão, viam com alguma preocupação que o município decidisse pegar num espaço que era uma referência dentro daquilo que era a sua área de atuação, para além daquilo que era a concessão de um espaço a um privado por um período de 20 anos, que nos critérios que entendera definir, não tivesse definido um critério objetivo que fosse no sentido de manter a qualidade dos equipamentos, sabendo que os mesmo já tinham alguns anos de utilização e que dali a 20 anos não teriam necessariamente as condições e a qualidade que atualmente tinham. Seria absolutamente fundamental garantir nos critérios de adjudicação que aquela qualidade fosse assegurada.

Quando tinham como principal argumento para aquela concessão, a urgência da obra, o peso de definir o prazo de conclusão da obra como sendo apenas 20% daquela modalidade multifator e o peso da contrapartida financeira numa atribuição de 80% era inverter aquilo que seria o argumento base para a apresentação da proposta.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que o EcoParque do Outão tivera uma intervenção assumida pela Câmara Municipal de Setúbal num protocolo, discutido e concluído com a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, a tutelar a faixa do domínio público marítimo, no seguimento de uma anterior licença atribuída ao ICNF, que tinha aquele espaço numa profunda degradação.

A Câmara Municipal cumprira o seu papel, dignificando e dando qualidade ao equipamento, fazendo um conjunto elevado de investimentos, tinha um projeto que estava disponível para os concorrentes, tinha um conjunto de propostas desenvolvidas e discutidas com a APSS sobre a possibilidade de desenvolvimento daquele equipamento e entendia que de alguma forma estaria cumprido o papel do município.

Referiu que não estavam num município do interior onde a existência de um equipamento para recreio, para usufruto, para lazer das populações e dos visitantes necessitasse da intervenção pública, para o poder garantir. Sem qualquer preconceito e complexos a câmara entendera que caberia aos operadores turísticos poderem desenvolver e potenciar ao máximo aquele espaço no âmbito dos critérios de utilização e no âmbito de uma concessão que obrigasse sempre ao concessionário qualquer tipo de intervenção, tendo que propor ao concedente e o concedente autorizar aquele tipo de intervenção, que alterasse o projeto existente que estava em vigor.

Disse que lhe surpreendia o Partido Socialista com aquele tipo de argumentação. Mencionou que estariam garantidas as condições para que o EcoParque do Outão, Professor José Fernando mantivesse a referência, a qualidade, naquele espaço privilegiado do concelho de Setúbal, mantendo aquilo que seriam as obrigações de serviço público subjacentes à concessão.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

## **6. Deliberação n.º 221/2024 – Proposta n.º 07/2024 – GADSEA – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 222/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 36 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 a 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 223/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**9. Deliberação n.º 224/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 693,60 m<sup>2</sup>, sita na estrada da Algodeia, em Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 225/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua das Alcaçarias, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 226/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Imóvel designado por “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage”**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 227/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DAF/DICONT/SERGEPI – Transferência de património do IHRU para o Município de Setúbal – “Lote 2”, situado em Bela Vista, Freguesia de São Sebastião**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 228/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DAF/DICONT/SERGEPI/DURB – Contrato-promessa de cedência, em regime de direito de superfície, a celebrar com a associação cristã da mocidade de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 229/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DRH/DIGAT – Abertura de procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 a 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 230/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DRH/DIDEC – Protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Faculdade Motricidade Humana de Lisboa**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Sugeriu que aproveitassem aquele protocolo para a área da infância, nomeadamente junto das crianças com necessidades educativas especiais, aproveitando o “*know-how*” do professor Carlos Neto, que era uma pessoa bastante relevante naquelas matérias.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a câmara trabalhava com a equipa do professor Carlos Neto, nomeadamente com o professor Frederico, a pessoa que lhes deu algum apoio. Referiu que se tratava de uma matéria muito interessante, até porque a própria Nações Unidas vinha classificar aquilo que muitas das vezes se esqueciam e que estaria relacionado com o “Direito a Brincar”.

O professor Carlos Neto era uma sumidade naquela matéria. Disse que foi no âmbito da candidatura das “Comunidades Desfavorecidas” que se estabeleceram alguns contactos com o professor Carlos Neto.

Agradeceu à senhora Vereadora Sónia Martins o seu contributo.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **16. Deliberação n.º 231/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DASU/GAGIP – Início do Procedimento de Alteração do Regulamento do Ruído Ambiental do Município de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não erraria muito se dissesse que a proposta que deliberavam surgisse na sequência de uma intervenção feita em dezembro por vários cidadãos, integrantes da Associação do Direito ao Descanso, chamando a atenção do município para alguma conflitualidade decorrente do ruído nas zonas onde tinham as suas habitações ou os seus alojamentos locais, ruído que decorria daquilo que eram as atividades de outros agentes económicos. Tendo aquela intervenção sido feita em dezembro, não estariam na expectativa de que pudessem já estar a olhar para uma versão revista, melhorada, atualizada daquilo que seria o Regulamento do Ruído Ambiental e não ainda numa fase, decorridos quatro meses, do início do procedimento de alteração que abria espaço e muito bem, para que se constituíssem interessados e para que fossem aportados comentários e sugestões que viessem trazer valor à proposta que ali fosse apresentada. Deu apenas nota da sua estranheza quanto à demora daquele processo.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador que da sua parte não considerava que tivesse havido demora.

Disse que era verdade que uma das questões que lhes motivara fazer aquela alteração, não só porque as condições eram diferentes daquelas que existiam em 2015, aquando da última alteração àquele regulamento, mas também a intervenção dos munícipes teria de ser levada em consideração.

Quando os munícipes os chamavam a atenção de determinadas coisas certamente que teriam de abrir procedimento.

Referiu que reuniram com aquela associação e comprometeram-se desenvolver o procedimento com a maior brevidade possível, tendo sido reconhecido por parte da associação que aquele era um assunto complexo, uma vez que teria vários intervenientes.

Mencionou que existia um grupo de trabalho na Câmara Municipal que reunia regularmente e analisava as reclamações de ruído, entre outras coisas, sendo aquele grupo de trabalho multidisciplinar e transversal, composto por várias pessoas de vários departamentos, que estariam a trabalhar numa proposta.

Disse que já tinham trocado alguns contributos com várias entidades, sendo que uma delas tinha sido a referida associação. Naquele momento estariam a formalizar todo o processo. A Comissão de Poluição Sonora da Câmara já tinha uma proposta muito desenvolvida. Comprometeram-se com a associação em ter o processo concluído na assembleia de junho

de 2024. Iriam tentar que numa próxima reunião, decorridos os 20 dias de consulta pública, viesse a proposta a reunião, para conseguir ter o processo tratado o mais breve possível, que esperavam que fosse na última Assembleia Municipal de junho.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse ter a certeza, praticamente absoluta, de que em junho não teriam o processo completo, porque a partir daquele dia com a aprovação da proposta, a qual iriam votar favoravelmente, teriam de decorrer pelo menos 20 dias úteis, para que se constituíssem interessados, que apresentassem os seus contributos, os quais deveriam ser analisados e incluídos naquilo que era o documento que já estava praticamente concluído. Posteriormente teria que ser apreciado em reunião de câmara, permitindo que a proposta de alteração fosse a consulta pública, a qual iria demorar o seu tempo e só depois da consulta pública teria que ser votada novamente em reunião de câmara para ir à Assembleia Municipal. Tinha a certeza de que em junho aquele processo dificilmente estaria concluído.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que era o “Simplex” que os obrigava a ter que apresentar aquela proposta relativamente ao início do procedimento. Não era só fazer uma proposta, teriam que a fazer com a responsabilidade daquilo que se iria propor, porque aquele seria um regulamento muito importante quer para moradores, quer para agentes económicos, pelo que teria que haver o contributo de todos para que tivessem um regulamento equilibrado, não lhes servia ter apenas mais um papel, mas um instrumento para poderem resolver as questões relativas ao ruído.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **17. Deliberação n.º 232/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DEB/DIGEPE – Candidatura do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas ao programa territórios educativos de intervenção prioritária de quarta geração (TEIP4)**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **18. Deliberação n.º 233/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DEB/DIGEPE – Proposta de protocolo entre a Mardive – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha e a Câmara Municipal de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **19. Deliberação n.º 234/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DEB/SEB – Constituição da Rede de Bibliotecas de Setúbal - RBS**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 235/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DOM – AD 19/2023/DOM – Empreitada “Reabilitação de passadeiras no Município – Passadeiras em pedra e redutores de velocidade no centro histórico de Setúbal” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 e 63.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que várias vezes insistiram pela recuperação e construção de passadeiras na cidade de Setúbal. A passadeira era um instrumento fundamental para a deslocação das pessoas nas cidades, especialmente os mais velhos e as crianças. Daquilo que ia observando, Setúbal era das cidades onde os condutores mais respeito tinham pelos cidadãos no que referia à prioridade nas passadeiras. Muitas das vezes existia uma espera tanto do peão como do condutor, porque a passadeira não era visível. Congratulava-se pela referida deliberação e não poderia deixar de dizer “finalmente!”.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 236/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DOM – Concurso público 07/2024/DOM – Empreitada “PRR acessibilidades 360 vias públicas” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 a 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 237/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DOM – CPCC 15/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do auditório de Azeitão” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 238/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DOM – Aceitação de doação - Perfis móveis de betão - Aprovação da minuta**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 239/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 16/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de viaturas ligeiras de passageiros, pelo período de 36 meses**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 a 73.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquele concurso visava renovar a frota, visava renovar alugueres que já estavam em vigor, abater viaturas antigas e fazer uma recuperação por viaturas novas, naquele caso alugadas, visava sobretudo a área operacional e visava adquirir furgões, para resolver alguns problemas fundamentais da área operacional. Havia uma tentativa de melhoria de eficiência energética, caminhando, sobretudo para viaturas eficientes, que eram híbridas e de baixa cilindrada, a única exceção que não se conseguiu resolver foi os furgões de 5 lugares, visto não haver no mercado furgões daquela tipologia híbridos, havia furgões a gasóleo e elétricos e a diferença de um furgão a gasóleo para elétrico andava à volta dos 10 mil a 15 mil euros, portanto, entendeu-se que não se deveria adquirir furgões, por um valor acima do gasóleo de 10 mil a 15 mil euros, não consideraram isso adequado, e, não conseguiram, naqueles 6 furgões concretos, resolver o problema da eficiência energética, eram furgões a gasóleo.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 240/2024 – Proposta n.º 49/2024 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2024**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 241/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DCDJ/DIDES – Academia de Voleibol de Praia de Setúbal - Apoio financeiro para participação em Torneio Internacional**

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Apresentou a sugestão, visto serem bastantes propostas e o âmbito ser comum a muitas delas, sem retirar a relevância que todas tinham, porque se tratava de apoios, iria sumariar o conteúdo das propostas. Se houvesse alguma dúvida relevante por parte de algum dos senhores vereadores ou das senhoras vereadoras, teria toda a disponibilidade para tentar esclarecer.

Propôs votação em bloco da deliberação 241/2024 até à deliberação 253/2024.

**Sra. Vice-Presidente** – Questionou as bancadas do Partido Socialista e do PSD. Disse que votariam em bloco da deliberação 241/2024 até à deliberação 253/2024.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 e 76.

**27. Deliberação n.º 242/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DCDJ/DIDES – Associação de Desportos Caveiras Team Setúbal - Apoio financeiro para a realização de seminário**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 77 e 78 (ver ponto 26).

**28. Deliberação n.º 243/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DCDJ/DIDES – Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão - Apoio financeiro para a realização do torneio de futebol “Roda a Bola” – 25 de abril de 2024**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 79 e 80 (ver ponto 26).

**29. Deliberação n.º 244/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a realização da 4.ª prova do circuito nacional de latinas e Standard Pares & Ritmus Cup**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 81 e 82 (ver ponto 26).

**30. Deliberação n.º 245/2024 – Proposta n.º 54/2024 – DCDJ/DIDES – T10 Sports Culture - Apoio financeiro para a participação no Campeonato Nacional de Futevolei e material desportivo**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 e 85 (ver ponto 26).

**31. Deliberação n.º 246/2024 – Proposta n.º 55/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 40.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 86 e 87 (ver ponto 26).

**32. Deliberação n.º 247/2024 – Proposta n.º 56/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 88 a 90 (ver ponto 26).

**33. Deliberação n.º 248/2024 – Proposta n.º 57/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Infantil de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 91 a 93 (ver ponto 26).

**34. Deliberação n.º 249/2024 – Proposta n.º 58/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 94 a 96 (ver ponto 26).

**35. Deliberação n.º 250/2024 – Proposta n.º 59/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Experimentáculo, Associação Cultural - 2024**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 97 a 99 (ver ponto 26).

**36. Deliberação n.º 251/2024 – Proposta n.º 60/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 17.ª Festa do Cinema Italiano**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 100 a 102 (ver ponto 26).

**37. Deliberação n.º 252/2024 – Proposta n.º 61/2024 – DCDJ/DICUL – Comissão de Festas do Novo Círio da Nossa Senhora da Arrábida – Apoio financeiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 103 e 104 (ver ponto 26).

**38. Deliberação n.º 253/2024 – Proposta n.º 62/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Disrupção – Associação Cultural**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 105 a 107 (ver ponto 26).

**39. Deliberação n.º 254/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 108.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que já tinha respondido informalmente ao senhor Vereador Fernando José, estavam a pedir parecer jurídico no que dizia respeito às questões do IVA, sobre essa matéria teriam brevemente informação.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 255/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DCDJ/DICUL – Ratificação de isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 256/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DCDJ – S.I.M.B.A. - Sociedade de Instrução Musical de Brejos Clérigos de Azeitão – Apoio financeiro para construção da nova sede**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 110 a 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 257/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DCDJ – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Festival Internacional de Música de Setúbal 2024**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 113 e 114.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que se tratava de um dos mais emblemáticos eventos culturais da cidade, um evento inclusivo, que atraía muitos daqueles que trabalhavam na área da educação, na área da inclusão e da componente artística. Uma vez mais a Câmara Municipal em organização com a Helen Hamlyn Trust e com a Associação do Festival Música de Setúbal organizava entre os dias 8 a 12 de maio, sobre o tema “Ecos de Liberdade”, a edição do Festival Internacional de Música.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**43. Deliberação n.º 258/2024 – Proposta n.º 70/2024 – DURB/DIPU – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçilos e Mitrena e adoção de Medidas Preventivas - Processo n.º 1009C/17**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 115 a 122, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Propôs que os pontos 44 a 61 da Ordem de Trabalhos fossem votados em conjunto. No caso deles votariam todas aquelas propostas da mesma forma. Não alargava aos pontos 62 e 65 porque tinham a ver com as zonas balneares e a informação poderia ser importante.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não se opunham à exceção da deliberação n.º 267/2024, ponto 52 da Ordem de Trabalhos, sobre o qual pretendiam fazer uma pequena intervenção.

**Sra. Vice-Presidente** – Questionou também a senhora Vereadora Rita Carvalho. Propôs que votassem do ponto 44 ao ponto 51 e que excecionassem o ponto 52, e depois do ponto 53 ao ponto 61.

**44. Deliberação n.º 259/2024 – Proposta n.º 71/2024 – DURB/DIGU – Licenciamento para obras de construção de um conjunto industrial - Processo n.º 144/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123. (ver ponto 43).

**45. Deliberação n.º 260/2024 – Proposta n.º 72/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de nave industrial, de telheiro, de portaria e de alpendre - Processo n.º 475/74**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 43).

**46. Deliberação n.º 261/2024 – Proposta n.º 73/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 76/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 43).

**47. Deliberação n.º 262/2024 – Proposta n.º 74/2024 – DURB/DIGU – Informação Prévia Favorável, relativa a Loteamento Urbano - Processo n.º 4/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob o n.º 126 (ver ponto 43).

**48. Deliberação n.º 263/2024 – Proposta n.º 75/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura referente a obras de alteração - Processo n.º 447/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 43).

**49. Deliberação n.º 264/2024 – Proposta n.º 76/2024 – DURB/GAPRU – Legalização de alterações introduzidas em obra - Processo n.º 945/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 43).

**50. Deliberação n.º 265/2024 – Proposta n.º 77/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de Projeto de Arquitetura – Obras de alteração, ampliação e legalização de alterações efetuadas, de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 310/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 43).

**51. Deliberação n.º 266/2024 – Proposta n.º 78/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura - Processo n.º 296/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 43).

**52. Deliberação n.º 267/2024 – Proposta n.º 79/2024 – DURB/GARIU – Publicidade alusiva a reabertura de unidade comercial – Pingo Doce – Rua Moinho do Frade – Ratificação - Processo n.º 44/24**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 131 e 132.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão que tinham para colocar não se prendia tanto com aquilo que era o conteúdo da proposta, mas sim com aquilo que não era, ou seja, para além dos 30 pendões, e das 10 bandeirolas, identificaram, pelo menos um totem colocado na Praça Olga Morais Sarmento, um pouco à semelhança daquilo que já tinham acontecido com outra superfície comercial no Monte Belo, há algum tempo. Não vendo integrado esse totem naquela proposta, questionaram se houve uma ocupação indevida do espaço público, e abusiva, ou se havia uma autorização cuja retificação iria ali mais tarde.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que tinha sido solicitada a colocação, mas não tinha sido autorizado. Tinha sido colocado indevidamente, e tinha sido retirado nas condições de não ter sido autorizado.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**53. Deliberação n.º 268/2024 – Proposta n.º 80/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com equipamento de apoio a promoção turística - Processo n.º 64/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 133 e 134 (ver ponto 43).

**54. Deliberação n.º 269/2024 – Proposta n.º 81/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinha “food-truck” e esplanada - Processo n.º 12/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 135 e 136 (ver ponto 43).

**55. Deliberação n.º 270/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 42/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 137 e 138 (ver ponto 43).

**56. Deliberação n.º 271/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – artesanato - palavras com arte - Processo n.º 82/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 139 e 140 (ver ponto 43).

**57. Deliberação n.º 272/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de venda de bifanas - Processo n.º 150/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 141 e 142 (ver ponto 43).

**58. Deliberação n.º 273/2024 – Proposta n.º 85/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de venda de bifanas - Processo n.º 149/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 143 e 144 (ver ponto 43).

**59. Deliberação n.º 274/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – tuk-tuk – para venda de água de côco - Processo n.º 105/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 145 e 146 (ver ponto 43).

**60. Deliberação n.º 275/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel - Rulote de faturas, algodão doce e pipocas e carrinho com castanhas - Processo n.º 9/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 147 e 148 (ver ponto 43).

**61. Deliberação n.º 276/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – carrinha “food-truck - Ostras sobre rodas” e esplanada - Processo n.º 113/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 149 e 150 (ver ponto 43).

**62. Deliberação n.º 277/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de Normas de funcionamento das atividades nas zonas balneares do concelho de Setúbal 2024**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 151 a 153.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que em relação àquela proposta havia muito pouco a acrescentar, era um conjunto de normas que figurariam durante o ano de 2024. Tendo as competências sido transferidas para os municípios, competências naquele âmbito, seria importante regulamentá-las para que não tivessem todos os anos que definir um conjunto de

normas, mas para que pudesse haver também, para aquilo que eram os operadores económicos, que eram diretamente afetados por elas, uma certa previsibilidade. Outros municípios já tinham avançado nesse sentido, como era o caso de Viana do Castelo, como era o caso de Torres Vedras. Deixou a sugestão para que, estando eles em abril de 2024, pudessem chegar a 2025 com um Projeto de Regulamento já em discussão, ou até mesmo já em vias de aplicação, para que pudessem ter uma continuidade naquilo que eram as normas que entendiam definir para aquelas áreas.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse ser uma tarefa que estava identificada, era elaborado o regulamento para em 2025 não estarem com base em normas, mas sim em regulamento. Estava identificado pelo grupo de trabalho que acompanhava aquela competência.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **63. Deliberação n.º 278/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2024 – Arrábida O2”**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 154 a 156.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o Partido Socialista, em fevereiro do corrente ano, apresentou um conjunto de propostas, um conjunto de soluções, daquilo que entendiam que devia ser a simplificação e facilitação do acesso às praias do Creiro, de Galapos e de Galapinhos, tendo em consideração aquilo que era uma circunstância que decorria desde o ano anterior, que era o encerramento do troço da estrada entre as praias da Figueirinha e de Galapos.

Apesar de, na altura, as propostas não terem sido particularmente bem acolhidas, registaram com algum apreço que uma delas estava, pelo menos parcialmente, refletida naquela proposta, que era o aumento do número de circulações entre Setúbal e o Creiro. Passavam de duas e meia, duas com partida de Setúbal e uma com partida de Azeitão, para terem oito circulações em cada sentido.

Registavam com apreço que havia esse esforço, no sentido facilitar aos cidadãos, munícipes ou não, o acesso àquelas praias sem utilização do transporte próprio. Achavam que se poderia ir mais além, nessa facilitação, até porque o facto de terem a estrada cortada, dificultava muito, e fazia demorar muito, aquilo que era a circulação através de autocarro e, portanto, entendiam que de outras duas propostas que tinham apresentado também mereceriam aplicação, mas registavam isso.

Registavam, também, que, com partida do Alegro em direção à Figueirinha, deixavam de ter, no período escolar, 7 mais 7 circulações, ou seja, 7 de ida e 7 de regresso, e tinham 8 mais 8, portanto, havia também um acréscimo na primeira hora da manhã, o que também lhes parecia relevante.

No entanto, não podiam deixar de registar que deixava de existir, a variante com passagem, ou com início, no interface de transportes da Praça do Brasil.

Passavam a ter apenas o circuito que partia do Alegro em direção à Figueirinha e que passava pela Várzea, mas já não pela Praça do Brasil, era verdade que tinham mais uma circulação, mas não era menos verdade que deixavam de ter uma variante que era importante, e que era interessante, para um conjunto cidadãos, que podiam fazer, naquele interface, a sua alteração transporte, particularmente para quem vinha de fora da cidade, e

que chegava de comboio, e, que poderia, no interface da Praça do Brasil, fazer essa tomada do seu transporte, em direção às praias.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que relativamente àquela matéria já tinham sugerido, relativamente ao período compreendido, que se verificava o constrangimento e dificuldades de circulação noutros períodos fora de 1 de junho a 15 de setembro e, sugeriram poderem alargar soluções alternativas, por exemplo, quando os fins de semana estavam bons para ir para a praia o trânsito era caótico, todas as pessoas paravam nas bermas e ficava muito difícil circular e, de facto, as questões de segurança não eram minimamente acauteladas. Relativamente à questão da promoção do transporte público, havia uma melhoria desse ponto de vista, e seria interessante também pensar, numa forma de estimular o uso do transporte público, de uma gratuidade para os residentes no concelho para que não fossem onerados nas suas deslocações à praia.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que sobre as questões colocadas, havia um reforço do transporte público, e isso era, obviamente, fruto de um trabalho e, de uma articulação junto da empresa que fazia a gestão do transporte público, sem demérito das propostas apresentadas pela bancada do PS, não sabia se em fevereiro, não conseguia precisar. Obviamente que isso resultava de um trabalho acompanhado, que não era desde fevereiro feito junto da Carris Metropolitana, para que aquele serviço pudesse ser acrescido e pudesse responder cada vez mais às necessidades e à oferta, que se verificava naquele território. Nada mais havia a acrescentar sobre as considerações feitas pelo senhor Vereador Joel Marques.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 7 votos a favor 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

#### **64. Deliberação n.º 279/2024 – Proposta n.º 91/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de prolongamento de Licenças nas zonas balneares de Setúbal**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 157 e 158, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **65. Deliberação n.º 280/2024 – Proposta n.º 92/2024 – DURB/GAPGPA – Proposta de isenção de Pagamento de Taxas de Utilização de Recursos Hídricos nas zonas balneares de Galapos, Galapinhos e Creiro**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 159 e 160.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que efetivamente a estrada estava cortada, como todos sabiam, e pelos motivos que todos conheciam já mais de um ano, aqueles operadores económicos tinham constrangimentos muito significativo naquilo que era o acesso dos seus clientes e, portanto, aquilo que aprovavam e bem, se calhar já deveriam ter aprovado também no ano anterior, mas era uma gota de água naquilo que era o oceano de prejuízos, com que aquelas pessoas tinham que conviver desde que houve o encerramento da estrada. Aquilo que era efetivamente fundamental, tal como já tinha dito há pouco quando avaliaram as propostas de transporte público para acesso às praias, era ir mais além naquilo que eram

os acessos, e as viabilidades de acesso, não só por via terrestre, mas também por via marítima, às praias que estavam a poente daquele troço que estava encerrado.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que haveria outras medidas adicionais, com certeza, que faria muita diferença para aquelas atividades económicas, por exemplo, a redução do IVA da restauração, uma série delas que poderiam referenciar, e que, entretanto, não foram resolvidas. Como sabia, o acesso via marítima não era uma competência da autarquia e, portanto, por muito intenção que tivesse e por muita discussão que fizesse com as outras entidades, não estava na dependência da Câmara Municipal de Setúbal. Com certeza que o Governo PS teve muitas oportunidades também, para ajudar aquelas atividades económicas, e também teve a sua oportunidade para contribuir para a solução do acesso da estrada de baixo.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **66. Deliberação n.º 281/2024 – Proposta n.º 01/2024 – GAVPS – Recomendação de modificação ao contrato e de avaliação de resgate parcial -RETIRADA**

O Sr. Vereador Fernando José apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 161.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o contrato de concessão por 40 anos e com um aumento de 500% do estacionamento tarifado, tinha sido assinado em maio de 2021, meses antes das eleições autárquicas de setembro de 2021, tinha sido assinado em final de mandato. O concurso de concessão do estacionamento tarifado, por 40 anos, e com um aumento de 500%, foi da exclusiva responsabilidade da CDU, de Dores Meira, e de André Martins.

A assinatura daquele contrato, que não acautelou os interesses de Setúbal e dos setubalenses, foi da única responsabilidade de quem tinha maioria absoluta na Câmara Municipal. Um contrato por 40 anos, que tinha sido assinado pela anterior Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira. Aquando do concurso e da assinatura de privatização do estacionamento público da nossa cidade, os vereadores do PS contestaram, e apresentaram vários problemas que o contrato vertia em si. A CDU, de Dores Meira e, André Martins, não ouviu as críticas da oposição, nem acolheram as propostas feitas pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista. Assim foi no momento do concurso, assim foi no momento da assinatura do contrato.

Em 2022, face a um inexplicável arrastar de pés, os vereadores do Partido Socialista apresentaram, em reunião de Câmara, propostas para minimizar o impacto do brutal aumento do estacionamento tarifado, e, obrigar a empresa a cumprir o anexo 9. O anexo 9 que tinha uma contrapartida para a cidade de Setúbal, que na opinião de quem assinou o contrato, de quem o aprovou, de quem lançou o concurso, deveria ser a construção no Auditório, no Largo José Afonso, de uma parede, de um muro.

Aquilo que entendeu era que aquela contrapartida, de mais de um milhão e duzentos mil euros, que a empresa tinha de ceder a cidade de Setúbal, por força daquele concurso, por força do contrato assinado, deveria reverter para a requalificação de uma infraestrutura desportiva ou cultural. Foi isso que trouxeram a reunião de Câmara em 2022, a alteração do anexo 9. Essa proposta não foi aprovada.

Decorreram 2 anos, sobre a apresentação dessa proposta, 3 anos sobre a assinatura do contrato, e os setubalenses continuavam privados dessa contrapartida. Foi no dia 27 de março de 2024 que o executivo CDU, através do Presidente André Martins, tinha-lhes trazido uma proposta para alterar o anexo 9. Uma proposta vertida numa recomendação feita pelos vereadores do Partido Socialista, em 2022. Se essa recomendação, em 2022, tivesse sido

acolhida, acreditavam que presentemente os setubalenses teriam essa infraestrutura, que ali lhes tinha sido apresentada, nessa reunião de dia 27, e que tinham votado a favor, já estaria ao serviço de Setúbal e dos setubalenses.

A proposta que traziam vinha precisamente nesse sentido, vinha no sentido de não continuarem a arrastar os pés, e de encontrarem, efetivamente, soluções que resolvessem os problemas dos setubalenses, no caso do estacionamento tarifado e na falta de soluções.

Era preciso minimizar o impacto do brutal aumento de estacionamento que assistiam de dia para dia, de mês para mês. As negociações que lhes foram trazidas, àquela reunião de Câmara, as conversações que existiram, durante 2 anos, entre a empresa e o executivo da CDU, resultaram em nada. 2 anos perdidos em que a negociação, e esse acordo, muitas vezes anunciado pelo Presidente de Câmara, resultou em nada. Aquilo que lhes trouxeram, na última reunião de Câmara, foi a litigância, o conflito, que resultou dessas negociações falhadas. E era por isso que traziam uma proposta de recomendação, no sentido de serem encontradas soluções, que respondessem aos problemas dos setubalenses.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentavam aquela recomendação esperando que os Vereadores da CDU e os Vereadores do PSD a acompanhassem.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que já tinha havido uma proposta semelhante em dezembro de 2022. Era mais uma vez fruto da imponderação e da irresponsabilidade com que eram trazidas propostas àquela reunião de Câmara. A mesma discussão foi tida em 2022. Era apresentada, naquele dia, para uma discussão uma proposta de alteração ao contrato, sem qualquer ponderação jurídica, sem identificação dos custos e dos impactos financeiros que aquela representava para a Câmara Municipal de Setúbal. Era uma proposta. Mais uma vez, era uma iniciativa populista, apenas numa tentativa de aparecer e marcar o calendário. Era importante dizer, sobre as iniciativas do PS, relativamente ao estacionamento tarifado, em dezembro de 22 trouxeram uma proposta de alteração ao contrato, há 15 dias, em 27 de março, defenderam que devia ser feita a resolução ao contrato nos termos do artigo, 14.º, o senhor Vereador Fernando José disse, em reunião de dia 27 de março, que face à gravidade da situação se devia avançar, desde já, para a cláusula, 14.ª, resolução do contrato.

Propuseram, na mesma reunião, que não fosse decidida a aplicação de sanções por falta de informação. Informação que não foi pedida atempadamente a realização daquela reunião. Naquele dia, traziam uma proposta de modificação e de resgate parcial nos termos do 19.º.

Em menos de um mês, propuseram uma resolução ao contrato, uma modificação do contrato, e uma modificação parcial do contrato.

Para não ir mais longe nas contradições relativamente àquilo que eram as propostas dos eleitos do PS, em 1994, quando se instalou o estacionamento tarifado em Setúbal, quem estava na gestão da Câmara era o PS.

Relembrou, foi pesquisar nas atas de 1994, que disse o Presidente à data: *“que a continuidade da instalação de parquímetros irá ser progressiva, futuramente, tendo em conta outros lugares onde eventualmente, se verifique a necessidade da implementação de mais equipamentos desta natureza, conforme o desenvolvimento da cidade”*.

Não era preciso grande discussão técnica para perceber que a cidade em 1994 era completamente diferente da cidade em 2021, e que as questões ambientais eram completamente diferentes, e que a taxa de monitorização era completamente diferente, e havia metas ambientais a cumprir, defendidas pelo governo do PS, até antecipando metas temporais relativamente ao cumprimento das questões ambientais a cumprir junto da União Europeia.

Para além do ziguezaguear, das diferentes opiniões do PS sobre aquelas questões, sobre a proposta concreta, era importante clarificar algumas questões. Defendia que nos termos da cláusula 19.ª do contrato devia ser feito o resgate da concessão, resgate parcial. Dizia o ponto 1, do 19.º do contrato, que o resgate, podia acontecer quando o concedente, por justificado interesse público, e decorridos 10 anos da data do início da concessão, proceder

ao resgate da concessão de exploração. Não havendo de forma expressa no contrato definição relativamente ao resgate parcial, aplicava-se o código de contratação pública.

Dizia o código de contratação pública que a haver um resgate parcial, ele podia existir decorrido um terço do período temporal definido no contrato, o que estariam a falar na situação em concreto de 13 anos. Mais uma vez, o que lhes era ali trazido para decisão era uma proposta sem qualquer ponderação, sem qualquer avaliação, *“e que hoje é uma, amanhã pode ser outra e ontem terá sido outra”*.

A proposta apresentada pressupunha uma alteração ao contrato, com a anulação de algumas zonas de estacionamento tarifado, a criação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes, já agora, têm sido tomadas várias deliberações pela Câmara, em função da área tarifada, relativamente à criação de bolsas exclusivas para residentes, e ainda na definição dos períodos máximos de estacionamento.

A reponderação ao contrato foi anunciada pelo senhor Presidente da Câmara há mais de um ano, foi uma proposta *“ridicularizada”* pelos Vereadores do PS, que não estavam em momento de reponderar o contrato, era preciso tomar decisões, mas naquele dia trazia uma proposta de reponderação ao contrato, curiosamente, ou estranhamente, e essa era a parte que merecia alguma dedicação, aquela proposta correspondia àquilo que era a proposta técnica apresentada à empresa em maio de 2023.

Era muito semelhante à proposta que a Câmara apresentou à empresa em maio de 2023, era estranho. Por outro lado, senhor Vereador acusava da necessidade de negociação, que era o que trazia naquela proposta, mas questionava pelo tempo decorrido e que não houve iniciativa, porque não houve negociação.

Considerando as deliberações que tomaram na reunião de dia 27 de maio, de aplicação de sanções e de alteração ao contrato, que o senhor Vereador as verbalizava sempre incorretamente, e menos séria, foi uma tentativa de alteração ao contrato feita de comum acordo, como sabia e como consultou o processo e como teve reunião com os serviços, como tanto gostava de evidenciar, estava expresso nas atas que consultou, que havia pressupostos da alteração ao contrato, que havia pressupostos de alteração ao anexo 9, desde o início de 2022, e por incumprimento, e por ausência de resposta relativamente à modificação de contrato, a Câmara decidiu alterar o contrato de forma unilateral, diferente da forma como o senhor Vereador transmitia essa decisão tomada na reunião de Câmara de dia 27.

Por outro lado, tinha uma dúvida profunda relativamente à forma daquela proposta. Era uma proposta de recomendação à Câmara, e tinha dúvidas que a Câmara possa aprovar recomendações a si própria. Portanto, tinha muitas dúvidas para além das questões técnicas identificadas sobre as condições de aprovação daquela proposta, e achava que uma recomendação à Câmara não podia ser aprovada, arriscando estarem a tomar um ato nulo.

**Sr. Vereadora Sónia Martins** – Disse que relativamente àquilo que ali trazia a bancada do Partido Socialista, de facto, eram recomendações que visavam o resgate parcial do contrato de concessão. Visava também a redução do perímetro do estacionamento, o alargamento das zonas de bilhetes diários, portanto, visava também uma diminuição de custos daquilo que os setubalenses tinham com o estacionamento tarifado.

Na reunião de 6 de dezembro de 2023, questionaram a possibilidade de haver um resgate total da concessão, colocavam-se questões de incumprimento, como a questão do parque de estacionamento subterrâneo que não existia e, havia várias questões que tinham que ser aferida junto da empresa concessionária e, por isso é que a 6 de dezembro de 2023, questionaram o executivo sobre essa possibilidade, e a verdade é que continuava por responder essa questão.

Havia incumprimentos, desde logo o estacionamento subterrâneo, e gostariam de ver respondida essa questão do resgate total da concessão, porque os contratos administrativos não eram só obrigações, como sabiam e, portanto, era importante a Câmara Municipal aferir esses incumprimentos e ponderarem o resgate total da concessão, e seria interessante começar pela análise do regime jurídico das modificações objetivas dos contratos

administrativos, para se poder decidir em consciência, e dentro daquilo que eram os preceitos legais.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a senhora Vereadora Rita Carvalho colocou uma questão muito pertinente, que tinha a ver com a questão da recomendação, a figura da recomendação à Câmara Municipal sobre a forma uma proposta.

O executivo da Câmara era único, procedia a votações, de 3 formas, não havia uma parte do executivo que recomendava à outra parte do executivo, isso não existia.

Portanto, achava que relativamente à forma poderia haver aquela questão que a Vereadora tinha colocado, e bem, era uma dúvida que tinha, e tendo em conta o esclarecimento que a Vereadora prestou, relativamente às condições de resgate parcial também ficou com muitas dúvidas, se podiam sujeitar à votação tendo em conta que só tinham condições para fazer o resgate parcial, com um terminado número de anos percorridos no contrato.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não se fazia um resgate parcial sem ter uma avaliação económico-financeira das consequências do resgate, para além das questões jurídicas, não se podia aprovar uma proposta sem ter avaliação dos impactos financeiros. Isso parecia ligeiro, e os senhores vereadores *“apresentaram uma proposta ontem, e apresentaram outra hoje e vão apresentar outra à manhã, mas as questões não são assim”*, porque havia impactos financeiros que tinham que ser ponderados. Por algum motivo aquela questão estava em estudo e em ponderação, pelos serviços municipais há mais de um ano.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a sua posição era que era um pouco prematuro, mas o Partido Socialista era livre de apresentar as propostas.

Mas naquele momento o que lhes interessava aferir era se, em termos do regimento, aquela proposta estava em condições de poder ser votada, tendo em conta que a figura que focavam era uma recomendação da modificação ao contrato e não uma proposta de modificação ao contrato.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o Vereador Joel Marques iria certamente fazer uma intervenção, esclarecendo muitas das dúvidas que foram levantadas. Quanto à questão de a recomendação poder ser ou não apresentada, os seus camaradas na Câmara do Porto, a Vereadora da CDU, no Porto, apresentou, entre muitas outras, mas no dia 22 de novembro de 2021, uma proposta de recomendação, que tinha uma deliberação e foi votada. Portanto, se os seus camaradas, podiam apresentar na Câmara do Porto, enquanto oposição, os vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal também podiam apresentar uma proposta de recomendação. Aquela proposta de recomendação tinha vários pontos, e aquilo que falavam no ponto 6, em termos do resgate parcial da concessão, o que dizia era: *“avalie as implicações financeiras”*, portanto, tinham que ler todos aquilo que estava na proposta de recomendação do Partido Socialista. Não deliberavam um resgate parcial, aquilo que faziam, no ponto 6: *“avalie as implicações financeiras e jurídicas de um resgate parcial da concessão”*, e depois existia uma série de pontos.

Disse que estranhou, a senhora Vereadora Rita Carvalho, começou por rasgar completamente toda a proposta, mas depois percebeu qualquer coisa que os serviços técnicos tinham uma proposta idêntica.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Questionou se não achava isso estranho.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que estranhava era o facto da senhora Vereadora, que era responsável pelo pelouro rasgar aquela proposta e depois dizer que tinha uma proposta idêntica, isso é que achava estranho.

A argumentação utilizada era a mesma que tinha utilizado em 2022, tinha sido a mesma argumentação, era um argumentário que não explicava nada, não fundamentava nada, aquilo

que tinha feito tinha sido, uma vez mais, chutar para a frente e continuar a arrastar os pés, tinha sido isso que tinha feito em 2022.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que: *“só peço é que não falte ao respeito”*.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não faltava ao respeito a ninguém.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que em 2022 o argumentário, a fundamentação, foi precisamente o desvalorizar a proposta que ali foi trazida, relativamente à questão do anexo 9. Em 2024, no dia 27 março 2024, 2 anos depois, os senhores traziam uma proposta, que vinha no sentido daquilo que tinha sido apresentado pelos vereadores do Partido Socialista em 2022, e que foi também ela, uma proposta deliberada em reunião de Câmara.

E era nesse sentido, que diziam terem que encontrar soluções, tinham-se passado 2 anos em que nada aconteceu, estiveram em negociações, prometeram um acordo, e o que trouxeram foi litigância e o aumento do estacionamento tarifado, que ia crescendo de mês para mês na cidade, e tinham que encontrar soluções para isso.

Não era nenhuma contradição na proposta em si, era continuar num caminho traçado há muito tempo pelos Vereadores do Partido Socialista e pelo Partido Socialista em Setúbal. Desde a primeira hora, dizerem e afirmarem estarem contra um contrato que consideravam lesivo para os interesses de Setúbal e dos setubalenses. Um contrato que assinaram por 40 anos e com um brutal aumento estacionamento de 500%.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que relativamente à questão que estava em causa, achava que independentemente da validade das propostas na recomendação, havia um processo em curso, tinha sido a negociação, agora era de litigação e pensava ser preciso dar espaço e tempo para esse processo se desenvolver. Pensava que o que ali vinha era uma coisa que podia somar, ou não somar, mas não era no sítio certo que era tratado.

E não era tratado no sítio certo por uma razão muito simples, é que se aquela proposta, que sugeria que os senhores Vereadores do PS retirassem, fosse aprovada, os senhores vereadores do PS estariam a recomendar a si próprios fazer isso, porque recomendavam ao executivo de qual eram membros, portanto, isso não fazia sentido nenhum, era um anacronismo, não sabia o que se passou no Porto, mas não era porque se passou no Porto que deviam fazer uma coisa que achavam que não era adequada.

Ponto 1 - A proposta era desfasada no tempo, devia aguardar o desenvolvimento do processo, e acompanhar o desenvolvimento do processo.

Ponto 2 - Era uma proposta, tinha a forma errada de ser colocada ali.

Ponto 3 - Era anacrónico irem votar uma coisa que era comandar a eles próprios fizessem uma coisa.

Ponto 4 - Achava que a melhor solução para correr tudo bem era o PS retirar aquela proposta que não tinha a forma adequada para ser votada.

Ponto 5 - Se não o fizesse, não lhes restava outra coisa de que votar contra uma coisa que, em princípio, não devia estar à votação.

Num futuro próximo, deviam avaliar melhor aquele tipo de proposta e verificar antecipadamente a possibilidade de aceitação ou não aceitação do documento que era apresentado, parecia-lhe simples.

Relativamente às questões de substância colocadas, a senhora Vereadora Rita Carvalho, colocou com muita clareza, algumas contradições, mais ou menos evidentes, da substância da proposta.

Disse que passava por cima dessa matéria e propôs que não cometessem um erro naquela Câmara, votar uma coisa que não era votável e não fazer uma coisa que não era muito adequada, propondo ao Partido Socialista que retirasse a proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o Vereador Fernando José já tinha referido, mas iria voltar a repetir, porque era um ponto que entendia que devia ser claro para todos. Pensava

que todos liam as propostas que lhes eram apresentadas, discutidas e votadas, mas se calhar, às vezes, liam com algum condicionamento prévio.

Recomendavam, no ponto 6, era que se avaliassem as implicações financeiras e jurídicas de um resgate parcial da concessão, porque entendiam, até mesmo tendo por base aquilo que eram os incumprimentos que existiam, sabiam que havia 2 incumprimentos que eram consentidos, quer do estacionamento no subsolo, quer do anexo 9.

Essa questão já tinha sido discutida em outras reuniões, até mesmo na reunião de dia 27 de março, e, portanto, passaria por cima. Havia um conjunto de incumprimentos, por parte da concessionária, e também um manifesto interesse público em reduzir substancialmente aquilo que era a zona tarifável, de acordo com aquilo que era o mapa que constava do caderno de encargos, e que constava também do contrato, que merecia uma avaliação diferente daquela que tem sido feita.

Depois pegou um pouco naquilo que foram as palavras do senhor Vereador Carlos Rabaçal, e disse achar que era efetivamente importante olharem para aquilo que era a *“fita do tempo”*, e a *“fita do tempo”*, dizia-lhes de forma muito clara que no início de 2021 tinha sido assinado um contrato de concessão de estacionamento tarifado à superfície em Setúbal.

Essa assinatura, esse contrato e o caderno de encargos que lhe deu origem, foram desenhados por um executivo que não era muito distinto daquele que tinham atualmente, havia algumas diferenças, mas o grosso dos vereadores que votaram favoravelmente essa proposta mantinha-se em funções.

A Presidência mudou, mas quem assumia a Presidência era o senhor Presidente André Martins que era à data Presidente da Assembleia Municipal e também votou favoravelmente essa proposta, portanto, quer o anexo 9, quer a localização do estacionamento no subsolo eram evidentemente conhecidos de todos.

Em 2022 houve um anúncio de que se estava a reponderar alguns aspetos do contrato, nomeadamente, o estacionamento no subsolo e o anexo 9, e essa reponderação exigiria, naturalmente, uma negociação.

O único ponto dessa negociação da qual tinha sido dado conhecimento aos vereadores da oposição prendia-se quer exatamente com o anexo 9, quer com o estacionamento no subsolo, cuja localização teria que ser melhor avaliada e dizia-lhes a *“fita do tempo”*, que em 27 de março de 2024 foram votadas propostas no sentido de se proceder a uma alteração unilateral do contrato. Havendo uma alteração unilateral do contrato, e fazendo fé naquilo que foi a afirmação da senhora Vereadora Rita Carvalho, que lhes dizia que os serviços estudaram, ou apresentaram, uma proposta que se assemelhava, em alguns pontos, eventualmente, àquilo que era a proposta que os vereadores do Partido Socialista naquele dia traziam, seria expectável que havendo um avanço para um processo litigância, como existiu no mês de março, com uma alteração unilateral do contrato, que essa alteração unilateral fosse aprofundada no sentido daquilo que era a defesa do interesse público. Acreditava que a defesa do interesse público, e acreditava que os senhores vereadores quer da CDU, que do PSD, concordariam também com aquela afirmação, o interesse público não era terem zonas como a ZEDL 12 na zona dos Arcos, ou a ZEDL 13 no Liceu, entre o Liceu Residence e a Rua dos Arcos, não seria certamente do interesse público que aquelas zonas, que eram zonas fundamentalmente residenciais, estivessem a ser tarifadas ou viessem no futuro a ser tarifadas.

Se a CDU considerasse que isso seria do interesse público não teria, de acordo com aquilo que foi a afirmação da senhora Vereadora Rita Carvalho, diligenciado no sentido de apresentar uma proposta, que presumia que nesses pontos por aquilo que foi a sua afirmação, se ligasse àquilo que era a proposta que os vereadores do Partido Socialista traziam. Certamente concordaria com a necessidade de não terem estacionamento tarifado em zonas residenciais.

A questão que se colocava era porque é que se fazia uma alteração unilateral do contrato, que era feita exclusivamente sobre 2 pontos que estavam em incumprimento, incumprimento que já sabia tinha sido consentido, por parte do Município, mas que não alteravam aquilo que era o essencial daquela concessão, e do contrato que tinha sido assinado em 2021.

Apesar dos diversos anúncios de negociações, não tiveram mais informação absolutamente nenhuma, quer em andamento de negociações, quer sobre aquilo em que essas negociações consistiam, a não ser com a alteração unilateral que lhes foi trazida no dia 27 de março. Se havia diligências no sentido de reduzir aquilo que era a zona tarifada, achava ótimo, era pena que essas diligências não tivessem sido, não só, partilhadas com a oposição, como também integradas naquilo que foi a proposta de alteração unilateral.

O argumentário da CDU em Setúbal era quase como: “a Coca-Cola: primeiro estranha-se e depois entranha-se”, porque para todas as propostas, ou para todas as críticas que fossem apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista, os senhores tinham sempre que fazer uma longa viagem no tempo até que a Vereadora Rita Carvalho não tinha sequer idade para votar, nem ele, um recuo de 30 anos para justificar uma concessão por 40 anos, um recuo de 30 anos para justificar um aumento do número de lugares tarifados em mais de 500%, um recuo de 30 anos para justificar com metas ambientais uma concessão de estacionamento tarifado de 8.300 lugares, não percebendo talvez que criar um parque no subsolo aumentando o número de lugares disponíveis na Avenida Luísa Todi era convidar, quem utilizava o transporte individual a trazer o seu carro para a Avenida Luísa Todi e não a utilizar o transporte público, era convidar quem usava o meio de transporte individual a afunilar, ainda mais, o trânsito.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que pelos vistos os senhores Vereadores do Partido Socialista tinham um profundo conhecimento dos processos de negociação que a Câmara Municipal de Setúbal, por via dos vereadores com aquele pelouro, por via dos técnicos, e por via do apoio jurídico que tinham, mantêm com a DATAREDE, porque pela segunda vez apresentavam uma proposta, umas semanas após ser apresentada à DATAREDE, assim como a senhora Vereadora Rita Carvalho afirmou na sua intervenção.

Achava extraordinário, a coincidência, havia uma expressão popular: “*Eu não acredito em bruxas, mas que as há, há*”.

Disse que nunca viu ser votada uma recomendação que dizia que os senhores vereadores do Partido Socialista recomendavam à Câmara. Não votaria uma recomendação que pretendia ser uma deliberação, que apareça no edital das deliberações, que dizia que os Vereadores da Câmara Municipal, do Partido Socialista, recomendavam à Câmara que fizessem: “*isto, aquilo aqueloutro*”.

A partir do momento que aprovavam uma deliberação, era uma deliberação de todos os vereadores da Câmara, quer tenham votado a favor, quer tenham se absterido, que tenha votado contra. Não via que se votassem recomendações à Câmara.

A Assembleia Municipal fazia recomendações à Câmara, parecia-lhe bem, à Assembleia de Freguesia fazia recomendações à Junta de Freguesia, a Assembleia da República fazia recomendações ao Governo, parecia-lhe bem, não conhecia nenhuma deliberação, de recomendação ao próprio órgão. Existia uma prática antiga, nos períodos antes da ordem do dia, de apresentação de moções e recomendações e, se o senhor Vereador Fernando José for honesto, naquela Câmara, veria nos editais de deliberações da Câmara Municipal do Porto, que as recomendações que eram votadas no período antes da ordem do dia, uma prática que deixaram de fazer.

Parecia-lhe que poderiam prolongar, pelo tempo que a Câmara entendesse, aquela discussão sobre o conteúdo, sobre as propostas que naquele dia eram apresentadas, pelo Partido Socialista, mas achava que não estavam em condições, nem poderiam votar aquela proposta.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse ir falar na questão prévia, que era a questão que determinava se iam votar as recomendações feitas pelo Partido Socialista, que era a questão da recomendação. E, a recomendação era uma figura que existia, e o senhor Vereador Ricardo Oliveira explanou sobre isso, e bem. Era uma figura que existia de facto.

Por exemplo, na Assembleia da República, já não havia o período antes da ordem do dia, e, portanto, existia uma figura regimental que era a figura do projeto de resolução, que eram os deputados que aprovavam recomendações ao governo, não aos deputados, mas sim a um

governo, como disse o senhor Vereador Ricardo Oliveira, portanto, não tinha carácter impositivo, era uma recomendação que se fazia, depois o destinatário fazia aquilo que entendesse melhor, na sua opinião, mas a recomendação ficava feita.

Disse irem falar na questão prévia, que era a questão que determinava se iam votar as recomendações feitas pelo Partido Socialista, que era a questão da recomendação. E, a recomendação era uma figura que existia, e o senhor Vereador Ricardo Oliveira explicou sobre isso, e bem. Era uma figura que existia e facto. Por exemplo, na Assembleia da República, já não havia o período antes da ordem do dia, e, portanto, existia uma figura regimental que era a figura do projeto de resolução, que eram os deputados que aprovavam recomendações ao governo, não aos deputados, mas sim a um governo, como disse o senhor Vereador Ricardo Oliveira, portanto, não tinha carácter impositivo, era uma recomendação que se fazia, depois o destinatário fazia aquilo que entendesse melhor, na sua opinião, mas a recomendação ficava feita.

Portanto, esse raciocínio podia-os levar à conclusão de que a recomendação era válida, e podia ser feita de facto, mas era preciso ver, em segundo lugar, qual era a natureza jurídica dessa figura. Não tinha consagração constitucional, não tinha consagração em nenhum diploma que lhe desse a possibilidade de integrar qualquer órgão, o que queria dizer que essa figura de recomendação ou estava prevista no regimento, ou então não podia funcionar. E, o regimento que os levava a funcionar na Câmara de Setúbal, a figura de recomendação não existia, e, não existindo a figura da recomendação, ela não poderia ser aceite para o seu funcionamento.

O facto do PS recomendar que a Câmara *“faça assim, ou de outra forma”*, não via problema nenhum nisso, o único problema que via era a natureza jurídica da recomendação e o facto, dado a essa natureza jurídica, e não ter consagração constitucional nem consagração em nenhum diploma legal, tinha que ter obrigatoriamente consagração no regimento, que regia os trabalhos e não tinha. Não tendo, as recomendações não tinham validade.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a alternativa seria retirar, ou transformar numa deliberação de Câmara votável, em vez de ser recomendação ser deliberação, o que tornava profundamente contraditório, tendo em conta que a fundamentação era nula. Achava que a solução era o PS retirar, para não criar um problema técnico à Câmara, achava que era uma questão de bom senso. Para não criar um problema técnico ao funcionamento e político também.

**Sra. Vice-Presidente** – Colocou uma vez mais a questão à bancada do PS, uma vez que era mesmo de uma recomendação que se tratava aquela proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a proposta tinha sido admitida na ordem de trabalhos, nos termos em que tinha sido apresentada.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que era correto, a proposta tinha sido admitida, tinha sido integrada na ordem de trabalhos, mas achava que antes de cometerem um ato nulo ou uma ilegalidade, tinham todo o direito, todos os vereadores que ali estavam, pensando no assunto e na questão que tinha sido levantada pela senhora Vereadora de poderem refletir. Efetivamente tinha sido admitida, mas se chegassem à conclusão que regimentalmente não tinha cabimento, poderem e deverem ponderar melhor, não era por ter sido admitida que a iam votar à força.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que era a opinião do senhor Vereador e que não era ilegal. Havia outras opiniões que não cumpria a legalidade. Tinham de chegar a um consenso, se não chegassem a um consenso, por via do diálogo teriam que chegar a um consenso por via

da votação, era assim que tinham que funcionar. A questão era sobre a votação da própria proposta, uma vez que os senhores Vereadores não pretendiam retirar a proposta.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que não sabia se ia ajudar, mas olhou para aquilo como uma proposta. A palavra recomendação na língua portuguesa tinha várias leituras, nomeadamente, sugestão, por exemplo. Olhou para aquilo como uma proposta em que se faziam duas sugestões, que era que se estudasse as possibilidades modificar o contrato conforme o proposto, e que se avaliasse a possibilidade do resgate parcial. Mas encarou aquilo como uma proposta, a palavra recomendação aparecia com aquele enquadramento.

Havia a apresentação de duas sugestões.

Não dizia que tinha a razão absoluta, até porque não era jurista, e como costumava dizer o Vereador Carlos Rabaçal, também não percebia de matemática, mas utilizando a língua portuguesa, e utilizando aquilo que estava na ordem de trabalhos, estava ali uma proposta, e a proposta, olhando para o que estava escrito tinha duas sugestões que era que se estudasse a possibilidade na negociação com a empresa de se modificar alguns dos aspetos que estavam no contrato e que se avaliasse a questão do resgate parcial.

Não via nenhum impedimento e era apresentado como parte do executivo.

Aproveitou para saudar, porque nunca ouviu tantas vezes dizer que eles eram parte do executivo, tinha ficado satisfeito, também se sentia parte do executivo, embora por vezes fossem excluídos, parecia que já não eram parte do executivo.

Como parte do executivo achava estarem ali duas sugestões em relação àquela matéria, e a proposta era essa que se fizesse aquela análise, num caso era estudar na negociação a possibilidade de haver uma modificação do contrato em relação àquelas áreas poderem ser afastadas do pagamento, e a outra era que se avaliasse o resgate parcial. Era assim que interpretava. Não dizia proposta de recomendação, dizia proposta n.º 01/2024.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que sim, e a seguir começava por dizer recomendação. Perguntou porque é que o PS recomendava e não propunha?

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que iria fazer uma clarificação, socorrendo-se daquilo que foi ali apresentado em março de 2018, uma recomendação, a recomendação n.º 03/2018, apresentada pelo Vereador eleito pelo PSD, que indicava, um conjunto de recomendações sendo submetida a votação.

O regimento de 2017, portanto, o mandato 2017/2021, pelo que se recordava, não era, nesse ponto, diferente daquilo que era o regimento que tinham em vigor.

Tendo aquela Câmara um histórico de votação de recomendações, votação efetuada também por um número muito significativo dos vereadores presentes em 2018, nomeadamente por quase todos os que integravam a bancada da CDU, entendiam existirem condições para que aquela proposta de recomendação, ou para que aquela recomendação fosse efetivamente votada, e cada um votaria em consciência.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que pelas palavras do senhor Vereador depreendia que ao votarem a recomendação, caso ela fosse aprovada podiam depois ter o entendimento que quisessem relativamente a uma recomendação. Era isso que depreendia.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que a situação naquele momento, era a seguinte, tinham uma recomendação para votar, mas levantou-se um problema, e era um problema prévio, que era saber da admissibilidade daquela recomendação apresentada pelo Partido Socialista, portanto, a primeira coisa a votar era essa.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que sabia que tinha sido admitida, mas, a questão só tinha sido suscitada naquele momento.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não era mau, qualquer discussão que fizessem.... tinha o maior respeito pela sua opinião, sabia que também tinha pela sua.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não estavam, nem ele nem a Vereadora Sónia estavam ali, não fazia a mínima ideia do que tinha acontecido nessa altura. Portanto, era isso que propunha que votassem primeiro a admissibilidade.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que só queria esclarecer a questão levantada de 2018. Tiveram uma discussão sobre essa matéria e concluíram, depois de uma prática que existiu, que não era aceitável fazer recomendações e acabaram as recomendações, por isso é que iam buscar 2018, nunca mais houve recomendações, porque decidiram que não faziam sentido. E não foi por acaso que nunca mais aconteceu. Aconteceu naquele momento por uma razão que não sabia qual era.

Havia uma questão que quis colocar, retirar ou mudar a proposta, achava que aquela Câmara estaria disponível para os senhores mudarem o texto da proposta, e transformar numa proposta concreta de ação. Qual era a dificuldade? Carecia de fundamentação para aprovação, logo não podia, portanto, tinha que ser recomendação, como recomendação não podia ser, não podia avançar. Na sua opinião, e concordava como que dizia o senhor Vereador Fernando Negrão, era submeter à apreciação daquela Câmara se era de admitir à votação, ou não.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse estar admitida na ordem de trabalhos, não estava admitida a votação. Aquela Câmara era soberana para decidir se aquele documento era admitido à votação ou não, estava conforme o Vereador Fernando Negrão achava que primeiramente deviam admitir, decidir, se aquela proposta era admissível à votação ou não, nos termos que tinham acabado de esclarecer. Se fosse admitida votavam, se não fosse admitida não se votava.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse haver uma dúvida de fundo, se era uma deliberação, se era uma recomendação, o título dizia recomendação de modificação ao contrato, a descrição da proposta acabava por ser uma recomendação. Aquela era uma questão, pensava ser formal, e sobre isso os argumentos estavam apresentados.

Sobre as propostas concretas, que eram propostas de recomendação, disse que relativamente à recomendação que se avalie financeiramente, era o feito, como já tinha sido explicado, como já tinha sido apresentado pelo senhor Presidente André Martins, e como tinha sido visto nas atas pelos senhores Vereadores do PS quando estiveram em reunião nos serviços.

Essa recomendação era inócua e, inconsequente, porque isso era um processo que era feito. Aquela proposta/recomendação, já não sabia como a havia de identificar, sofria de uma ilegalidade. Não era possível fazer um resgate parcial nos termos do contrato assinado e nos termos do Código de Contratação Pública.

Portanto, achava que não havia dúvidas relativamente às condições que não tinham para votar aquela proposta.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que se recordava que, em 2022, foi votada uma recomendação relativamente às Marchas. Aquilo que a bancada do Partido Socialista

solicitava era que se colocasse à votação a proposta que os vereadores do Partido Socialista trouxeram, e foi incluída na ordem de trabalhos. Cada um votaria como entendesse e com a fundamentação que entendesse ditar para a ata. Que a proposta fosse colocada a votação porque tanto em 2018, como em 2022 já tinham ido recomendações àquela Câmara Municipal.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que tendo em conta todas as opiniões que tinham sido expressas, e tendo em conta as dúvidas que existiam relativamente à figura, fazia suas as palavras do Vereador Carlos Rabaçal, independentemente de ela ter sido admitida, deviam colocar à votação se devia ser votado ou não.

O Partido Socialista não estava disponível para alterar a forma como a proposta tinha sido feita, o que também era um obstáculo, porque em muitas reuniões de câmara, muitas vezes isso acontecia, conseguiam alterar e tornar as propostas mais consensuais, o Partido Socialista não estava disponível para essas alterações. Propôs que pudessem votar a admissibilidade de votação daquela proposta da qual tinham dúvidas, relativamente à figura de recomendação que era apresentada.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que naquela Câmara Municipal, naquele mandato, já tinham votado recomendações, que integraram a ordem de trabalhos.

Na reunião de Câmara de 6 de abril de 2022, recomendação 08/2022, já no decorrer daquele mandato, foi apresentada, foi votada, com 5 abstenções e com 6 votos a favor. Uma recomendação naquele mandato, apresentada nos termos em que aquela recomendação também era apresentada, foi submetida a votação, naquele mandato, foi votada e a questão que era colocada, naquele momento, não se colocou. Aquilo que entendiam era que a questão colocada ia para além daquilo que era como o documento era apresentado, ou como era nomeado. O que estava em causa, já tinham percebido, era o desconforto com aquilo que era o conteúdo da proposta, mas esse desconforto podia e devia ser expresso com o sentido de voto de cada um.

Não permitir que aquela proposta fosse votada, estando ela incluída na ordem de trabalhos, e vindo ela ao encontro naquilo que era a sua forma de outras propostas que já tinham sido votadas, quer no atual mandato, quer em mandatos anteriores, era no entendimento deles perfeitamente abusivo e visava cortar aquilo que era a ação política dos vereadores da oposição e isso não poderiam aceitar.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que aquilo era uma parte da história, era a parte da posição do Partido Socialista, havia outras duas forças políticas, que tinham outro entendimento relativamente àquela matéria, à forma como a proposta foi apresentada, portanto, via-se na obrigação de colocar isso à votação e o Partido Socialista iria-se pronunciar, e a CDU iria-se pronunciar e os senhores Vereadores do PSD iriam-se pronunciar.

Achava que, naquele momento, tendo em conta as dúvidas que tinham, achava que era o mais acertado. Até poderiam chegar a outra conclusão, para conforto da nossa decisão, poderem pedir um parecer jurídico, doravante, relativamente àquelas questões e, na próxima reunião, viria a proposta, uma vez que os senhores não estavam disponíveis para alterar àquela questão. Também poderiam dizer que da parte dos senhores Vereadores havia uma intransigência e uma inflexibilidade relativamente à apresentação daquela proposta.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não havia nenhuma intransigência por parte dos vereadores do Partido Socialista, aquilo que existia era uma dificuldade em compreender a argumentação que era utilizada. Defeito da parte deles, certamente.

Como tinha sido dito em 2018, e poderiam ir buscar outros exemplos, porque tinham outros exemplos para dar, podiam estar ali tempos a falar sobre exemplos de recomendações aprovadas, ou não, em reunião de Câmara. Naquele mandato, o senhor Vereador Fernando Negrão levantou a questão pela primeira vez, não sabia se esteve presente na votação, não sabia tinha que ir ver.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse ter levando a questão em termos técnicos, e deu a sua opinião, e bem, e era sempre respeitada, não era isso que estava em causa. Não sabia se o senhor Vereador esteve nessa votação, não se recordava, mas se esteve ou não, porque preparavam, obviamente, como eles também o faziam em conjunto, as propostas, e em 2022 essa questão não foi levantada e, era levantada naquele momento e, não fazia sentido, porque não existia nenhuma ilegalidade, era uma proposta de recomendação, uma proposta que era trazida àquela Câmara Municipal e votavam.

Os Vereadores do Partido Socialista iriam votar favoravelmente, e depois, os outros vereadores votariam a favor, ou abstinham-se, ou votariam contra, e fariam a sua declaração de voto: *“votámos contra porque entendemos que esta proposta é ilegal. Em 2022 não era, mas a partir de agora passou a ser, pronto, fazem a sua afirmação, ou a afirmação que têm que fazer, agora nós não podemos é estar a ser inibidos de exercer a nossa ação política.”*

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando José** – *“Parecer jurídico senhor Vereador Fernando Negrão? Foi pedido em 2022? Está a ser pedido agora porquê?”*. Tinham trazido uma proposta, ela tinha sido enviada atempadamente para o Gabinete da Presidência, tinha sido incluída na ordem de trabalhos e, a partir do momento em que estava incluída na ordem de trabalhos, tal como tinham sido outras no passado incluídas, aquilo que tinha que ser feito era colocá-la a votação.

Era isso que solicitavam uma vez mais, era que a proposta fosse colocada a votação.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que o senhor Vereador Fernando José, que era jurista, sabia tão bem como ele, que as práticas jurídicas mudavam muitas vezes quando menos se esperava e, se tinha havido recomendações, tinha havido mal, porque não tinham refletido sobre elas.

Essas recomendações tinham sido aprovadas, ou não tinham sido aprovadas, não se recordava, se é que elas tinham existido, mas nunca tinham refletido sobre a natureza jurídica delas. Só naquele momento é que tinham refletido sobre a natureza jurídica delas.

Portanto, o que deveria fazer era, ou adia-se uma semana e pedia-se um parecer jurídico, que lhe parecia ser o mais sensato, ou votava-se a admissibilidade.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que ainda estavam dois vereadores inscritos, pensava que da discussão é que se fazia a luz, mas tinham que caminhar para uma conclusão.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era muito simples: *“qual é a pressa dessa proposta de um processo que vai levar meses? Qual é a pressa?”*, perguntou porque é que não se acolhia a proposta da senhora Presidente em exercício que colocava a questão de ter um parecer jurídico que lhes resolvia aquele problema, sendo que o tinham detetado naquele momento, era um problema jurídico.

Resolvia-se o problema, pediam um parecer jurídico, consistente, trazia-se a proposta, aprovava-se e passavam a ter uma prática definida: *“Qual é a pressa? É o Facebook?”*. Esse processo iria demorar tempos: *“Já puseram no Facebook a deliberação? É só retirar, não custa nada, depois põem daqui a uma semana”*.

A questão que se colocava era esclarecer uma prática jurídica. Achava que a bancada do Partido Socialista, se quisesse ajudar a dignificar aquele órgão, achava que devia estar virada para garantir uma solução mais consistente perante as dúvidas colocadas. Achava que isso é que era normal.

Não via mesmo pressa nenhuma na aprovação dessa proposta, exceto se os senhores Vereadores vissem uma pressa louca. O processo estava em curso, era trabalhado, era tratado, e isso não se resolvia em 3 dias, nem em 5 dias, nem em 10 dias, nem em 15 dias,

portanto, felizmente tinham tempo: *"Poderia ser uma coisa de urgência, para amanhã, para depois de amanhã? Não!"*. Tinham tempo de atacar esse problema com toda a consistência.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que achava que a proposta do senhor Vereador era muito razoável, pensava que os setubalenses também já tinham compreendido a posição do Partido Socialista, em relação àquela matéria.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que a questão era essa: *"qual é que é a pressa"* num processo que sabiam que ia ser demorado, que corria há mais de um ano dos entendimentos com a empresa, que aquela proposta, estranhamente, se assemelhava à proposta apresentada pela Câmara, única e exclusivamente à empresa, que estava a correr no âmbito da audiência prévia, a aplicação de sanções, que estava a correr o prazo de alteração ao contrato, portanto, qual era a pressa.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que seria bom, caso fosse possível, perceberem qual era de facto a intenção, e solicitou ao Vereador Fernando José e à bancada do Partido Socialista, se o que estava em causa com aquela proposta era o superior interesse dos setubalenses. Seria o primeiro a dar razão ao senhor Vereador da validade de tudo aquilo que discutiam e que o Partido Socialista toda a liberdade para fazer aquilo da forma como fazia, no passado várias vezes foi feita, por sugestão da bancada do Partido Socialista, por considerar que a proposta não estava bem instruída, por considerar que deveriam analisar, e, portanto, qual é que era dificuldade objetiva de se reconhecer isso quando havia da parte da bancada do Partido Social Democrata, e da parte da bancada da CDU, aquela questão: *"o que vos incomoda? Retira o quê à bancada do Partido Socialista? Retira tempo? Retira exatamente o quê?"*.

No exercício democrático achava que não havia uma luta, de quem ficava a ganhar com o quê, se o Partido Socialista tinha a convicção da proposta, mas perante aquilo que era discutido, o que ficavam a ganhar com aquela reunião de Câmara? O Partido Socialista vir dizer que trouxe uma proposta e a Câmara rejeitou, mas que afinal não podia rejeitar porque era ilegal? Qual era o problema de a trazerem dali a 15 dias? Quantas vezes eles já tinham feito isso? Qual era a dificuldade? E, dali a 15 dias, caso lhes fosse dada razão, dizerem: *"tal como nós dissemos, o Partido Socialista tinha razão e, portanto, aqui trazemos de novo a recomendação"*. Era sincero que se a convicção do Partido Socialista relativamente àquela matéria, não seria uma recomendação seria uma proposta, porque, perante a forma convicta com que aquela matéria era tratada por parte da bancada do Partido Socialista a recomendação, não tinha a força de proposta, como já tinha sido dito.

Pediu e apelou à sensibilidade da bancada do Partido Socialista, em poder considerar uma coisa simples, dali a 15 dias voltar-se-iam a encontrar ali e discutiriam a proposta de deliberação/recomendação da parte da bancada do Partido Socialista, e ultrapassavam aquele processo que demorou mais tempo do que as quase 50 propostas que trouxe, e que eram bastante relevantes, e que se propôs a resumir, apenas por uma teimosia que podia ser justa ou não, mas apenas por uma teimosia.

Considerava que era uma demonstração de disponibilidade para o exercício democrático, uma vez que a havia esse entendimento da parte das outras bancadas.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse haver propostas concretas, em relação àquela matéria, e gostaria que os senhores Vereadores do PS se pronunciassem. Se não se chegasse a nenhum consenso iriam colocar à votação àquilo que iriam fazer.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que já tinha sido aduzido, não se tratava de teimosia, tratava-se do direito que tinham, enquanto vereadores naquela Câmara Municipal, de exercer a nossa ação política e uma oposição responsável com apresentação de críticas, mas também de propostas, uma apresentação de soluções. Foi isso que fizeram em 2022, quando trouxeram uma proposta no sentido de alterar o anexo 9 do contrato.

É nesse sentido que, naquele dia, trouxe aquela proposta, como trouxeram outra que também foi votada, naquele mandato, e que não levantou nenhum tipo de problema sobre como ela vinha apresentada.

Em 2018, foi a bancada do PSD que também apresentou uma proposta de recomendação, sem que da parte do executivo tivesse sido levantada qualquer questão, portanto, consideravam que não existia nenhum tema à volta. Respeitavam, obviamente, a opinião, e as posições expressas, mas entendiam que não existia nenhum tema à volta daquela proposta.

Aquela proposta foi enviada em tempo útil, para o Gabinete de Apoio à Presidência, foi incluída na ordem de trabalhos, saiu no edital.

Retirar aquela proposta da ordem de trabalhos, sem a concordância dos vereadores do Partido Socialista, que uma vez mais solicitavam que a proposta fosse colocada à votação, era abusivo, e para além de abusivo, na nossa opinião era um condicionar do trabalho político dos vereadores do Partido Socialista e isso não iriam admitir.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não achava nada abusivo, era um processo democrático normal, de discussão coletiva num órgão. Achava que não era muito responsável, ao contrário do abusivo dos outros, não contribuir para a regularidade daquele órgão e para o funcionamento mais adequado daquele órgão, face às dúvidas que existiam. Achava que isso era responsável.

(intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que naquele momento estavam a discutir porque tinham detetado o assunto: *“deixe lá o passado, fixe-se no presente e na situação que estamos a discutir”*.

(intervenção inaudível)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que tendo em conta todas as opiniões, colocou à consideração dos senhores Vereadores, a seguinte proposta. Uma vez que havia dúvidas jurídicas relativamente a poderem fazer o ato de votação, relativamente à proposta apresentada pelo PS, que os vereadores possam votar relativamente à admissibilidade da votação da proposta, e da necessidade de solicitarem um parecer jurídico sobre a figura que era chamada à coação.

Colocou a proposta à votação, se aquela proposta fosse rejeitada passariam à votação da proposta do Partido Socialista, se aquela proposta fosse aprovada não era retirada do edital, ficaria em ata, exatamente aquela fundamentação, e a Câmara Municipal iria pedir um parecer jurídico relativamente à mesma.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse estar completamente de acordo com a proposta da senhora Vice-Presidente, acrescentando apenas uma questão, para clarificar e para demonstrar que não havia nenhum processo de limitação do que era a ação do exercício dos vereadores da oposição que não tinham pelouro, comprovando-se da normalidade da proposta que, na próxima reunião essa proposta seria reintegrada na ordem de trabalhos. Não impediam a votação daquela proposta, tinham dúvidas sobre a sua admissibilidade, solicitavam um esclarecimento sobre isso e viria a uma próxima reunião.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que estavam a pedir apenas uma dilação da apresentação da proposta.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não tinha percebido se iria ser solicitado parecer jurídico, mas já tinha sido esclarecida que sim.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que tendo em conta aquela proposta e com a salvaguarda que o senhor Vereador Ricardo Oliveira tinha feito, se incluísse na proposta que assim que viesse o parecer jurídico, e caso fosse esse o entendimento a proposta seria novamente reagendada.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a ser aprovada o que estava a ser proposto parecia-lhe que deveria haver alguma celeridade naquilo que era a elaboração do parecer jurídico.

Face às dúvidas colocadas, a Sra. Vice-Presidente propôs a não votação da Proposta, sendo pedido um Parecer Jurídico a ser apresentado numa próxima Reunião de Câmara.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 votos contra do PS.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que ficaria registado em ata o sentido de voto relativamente à proposta para poderem ter mais segurança jurídica em relação à mesma.

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Mário** – Disse que o tema que o trazia relacionava-se com Azeitão, nomeadamente com a piscina Municipal de Azeitão.

Era munícipe em Azeitão e os seus dois filhos frequentavam a piscina desde 2017, e fizeram todo o percurso, desde a adaptação ao meio aquático, aprendizagem, aperfeiçoamento, e naquele momento, representavam “A ONDA”, e a questão residia no facto de não existirem informações relativamente ao futuro.

As pré-inscrições para a próxima época, as renovações, etc., costumavam decorrer em maio, era uma altura que as crianças e os jovens matriculavam-se na escola, para lamento era um momento também em que nomeadamente a sua esposa sendo professora, quadro de zona tinha que concorrer e tinham que tomar opções familiares e que organizar a vida deles considerando, naturalmente a questão escolar, a questão da prática desportiva, e as responsabilidades profissionais.

Já tinha solicitado reunião à direção da “A ONDA” para obter essas informações, para se puderem organizar, curiosamente o concurso de professores deveria ter terminado no dia anterior, mas tinha sido protelado por dois dias, terminaria no dia seguinte, e era uma das questões que teriam que decidir. Já tinha sido confirmado, na semana anterior, tinha sido contactado por uma pessoa, pela qual tinha bastante estima que desempenhava no cargo no executivo, que teriam uma reunião em Azeitão.

O que ali o trazia foi um protocolo que tinha sido realizado entre a autarquia e o Clube Naval Setubalense, pensava que a 27 de março e tinha duas questões sobre o mesmo.

Em paralelo, disse que gostaria também de perceber, porque sabia que “A ONDA” tinha tido protocolo com a autarquia, pensava que no ano 2008, tinha sido renovado, em 2015, mas pelo que teve conhecimento, naquele momento não era regente, pensava que desde 2021 esse protocolo não existia, e eles, encarregados de educação precisavam de para organizarem a vida deles e dos jovens.

Fez um pequeno enquadramento sobre a natação, estava ali o senhor Vereador para Ricardo Oliveira, o filho foi nadador e representou muito bem Setúbal anteriormente. Tinha 2 filhos, a filha ia subir a infantil, o filho a cadete, a filha subindo a infantil chegava a treinar 6 ou 7 vezes por semana, treinavam às 5 horas e 50 minutos da manhã, aos dias de semana, e treinavam às 7 horas da manhã ao sábado, tinham que faltar à escola para irem representar Setúbal a competições, acarretava despesas à família e à organização familiar, porque eram menores e os pais tinham que os transportar, e, no fundo, essa era a preocupação que o trazia ali.

Tinha duas questões, uma dela relacionada com o protocolo com o Clube Naval Setubalense, e havia uma questão que lhe tinha despoletado algumas dúvidas: *“juntando que tem intervenção, vocação, competência a nível do concelho para reforçar natação como modalidade desportiva”*, e depois invocava a Piscina Municipal de Azeitão, das Palmeiras e a Piscina das Manteigadas. Mais á frente estava definido que um dos objetivos era a ampliação do número de atletas federados na equipa de natação desportiva do Clube Naval Setubalense, que era perfeitamente legítimo. Naquele momento a AONDA tinha o dobro dos nadadores em relação ao Clube Naval Setubalense, e a questão que colocou era no ponto número 2, na clausula 4 que dizia: *“garantir uma reorganização pedagógica das escolas municipais de natação que permita o desenvolvimento integral e multinacional na natação promovendo a captação de atletas para as equipas de natação desportiva do 2.º outorgante”*. Tacitamente o que dizia era que existiam duas escolas de natação em Setúbal, Azeitão e naquele momento o Naval Setubalense desde janeiro, e o que aquele ponto dizia na sua interpretação era que os jovens que iriam ser formados nas duas piscinas iriam ser convergir para o Clube Naval Setubalense, era o que estava ali escrito.

(intervenção inaudível)

**Sr. Mário** – Disse ser esse esclarecimento que gostaria de ter.

Questionou se existia protocolo entre “A ONDA” e a autarquia, naquele momento? Se não existia, havia previsão de existir? As reuniões que iriam ter em Azeitão iriam assentar em que pressuposto em termos de ligação autarquia e associação?

Se interpretou mal aquelas palavras que estavam redigidas, como as haveria de interpretar? Não se opunha a nada daquilo, só queria era de informações para poderem organizar a vida familiar, profissional e desportiva.

**Sr. José** – Disse que visto estarem a ser feitas obras na Praça do Brasil e haver uma proposta para a avançar com as obras na estrada dos Ciprestes, existia um passeio no meio, embora fizesse parte da Estrada dos Ciprestes. O passeio era compreendido entre a Praça do Brasil e o prédio onde estava a Remax Aquela zona de estacionamento já tinha sido tarifada, o passeio encontrava-se num estado lastimável, derivado às várias obras, quando chovia havia muitas poças de água. As pessoas que moravam naquele prédio eram pessoas idosas, com mobilidade reduzidas, inclusivamente com cadeiras de rodas, o passeio encontrava-se em péssimo estado, e havia tampas com bastante relevo a nível do passeio.

Tinha sido proposto, por aquele executivo, fazer as obras da ligação entre o antigo sucateiro e a Quinta da Amizade, iria ser feito durante aquele mandato, e outro acesso entre o LIDL e o novo restaurante que era construído, o McDonald's, no Monte Belo Norte. Perguntou porque é que não tinha sido aproveitado, já que faziam grandes aterros em frente ao Modelo/Continente, para fazer o Maxmat, foram retirados centenas de metros cúbicos de terra, que poderiam ser aproveitados para fazer esses acessos na Quinta da Amizade.

Entre a rotunda do antigo sucateiro e a rotunda da Quinta da Amizade tinha sido proposto ser feito um passeio pedonal, não existia, continuava muito perigoso, a iluminação era diminuta durante a noite, e era muito perigoso para quem circulava naquela via. Se fizessem esses acessos para a Quinta da Amizade, retirava-se trânsito daquela estrada de Algeruz, inclusivamente com as novas infraestruturas que eram construídas no Monte Belo Norte iria ser criado mais tráfego e constrangimentos naquela zona.

Na Estrada Nacional 10, no cruzamento ao pé do IBIS, existiam muitos problemas para entrar naquela estrada em horas de ponta. Sugeriu que o executivo pedisse às Estradas de Portugal, a construção de uma rotunda para facilitar o acesso às pessoas que moravam naquela zona.

Mais à frente existia outro cruzamento que fazia a ligação para várias empresas, e o acesso para o Faralhão. Tinham o mesmo problema, havia um depósito de contentores junto à Estrada Nacional 10, e havia um grande constrangimento de quem circulava naquela zona,

especialmente quem queria entrar e sair da Nacional 10, visto haver várias empresas localizadas nessa zona. Seria muito benéfico a colocação de duas rotundas nessa zona.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que iria responder brevemente, sem prejuízo de poder esclarecer no final da reunião.

Várias questões foram colocadas, e pensava que algumas estavam um bocadinho confundidas com a questão que era essencial.

Em primeiro lugar achava que havia uma questão importante, mas era bom que se percebesse, sem prejuízo dos eleitos daquela autarquia serem parte interessada no bom funcionamento das instituições, que o movimento associativo tinha órgãos sociais, tinha dirigentes e as dificuldades que se pudessem encontrar quer para atletas, pais, encarregados de educação, familiares, deviam ser, em primeira ordem, colocadas aos próprios órgãos sociais, também assistia a essas entidades a sua autonomia de funcionamento. À data, aquela Câmara Municipal, e muitas vezes tinha sido trazido, as razões que pela qual mantinha um protocolo com a “A ONDA” tinha a ver com uma premissa importante, as questões do território e do desenvolvimento de uma modalidade cara à cidade, àquele Município, e, que, portanto, sentiu a Câmara Municipal à data estimular a criação da competição na piscina de Azeitão.

Essa era a razão que esteve na base, durante vários anos, a Câmara Municipal apoiar de uma forma efetiva e financeiramente. Atualmente, essa mesma razão não assistia e a Câmara Municipal mantinha um apoio pontual, à instituição que fazia com que objetivamente difira daquilo que aconteceu no passado.

A questão do Naval Setubalense não se colocava naquele patamar. O que estava claramente expresso no protocolo com o Clube Naval Setubalense decorria de uma ideia de princípio, a Câmara Municipal assumiu, reassumiu, a gestão da Piscina Municipal das Palmeiras e quando o fez, em articulação que a Direção do Clube Naval Setubalense fez com um pressuposto, que era que o Clube Naval Setubalense mantivesse a equipa de competição, o que lhes parecia absolutamente saudável, o que lhes parecia absolutamente relevante, e o que lhes parecia absolutamente importante.

Pensavam que uma cidade como Setúbal, ter duas equipas de competição, com as devidas diferenças, era algo que os devia orgulhar, com as diferenças, com dificuldades, com projetos de natureza diferente, com momentos da história dos clubes diferentes, falavam de uma entidade que tinha um percurso histórico completamente distinto do Clube Naval Setubalense, mas que fez o seu percurso, fez o seu caminho de uma forma muito interessante.

Sabia que tinha havido contacto por parte do senhor Mário, com a Câmara Municipal, e que lhe tinha sido inclusive, sugerido o caminho que deveria tomar na tentativa de esclarecimento, sem prejuízo da Câmara Municipal estar ao dispor dos munícipes e de quem os pudesse colocar as mais questões e preocupações que aconteciam diariamente.

Relativamente às inscrições era da responsabilidade da Associação A ONDA, que ultrapassava, naquele momento, a responsabilidade direta, obviamente que eram atentos. Era normal que esse processo estivesse a decorrer, estavam em abril, e era normal que esse processo fosse conduzido por parte da associação.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que aquela era a explicação do executivo. Propôs que no fim da reunião pudesse conversar com o senhor Vereador, se não fosse naquele dia, porque o horário já ia longo, poderem agendar uma conversa, uma reunião para melhor esclarecimento daquela questão.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que relativamente às questões colocadas, Praça do Brasil, naquele momento, houve uma intervenção muito grande na Quinta do Tavares que já estava concluída, a Praça do Brasil estava em obra, sofria uma intervenção de requalificação muito profunda, e ia ficar com todos os mecanismos de acessibilidade, ia ficar em condições de acesso às pessoas, de funcionamento e de mobilidade.

A questão do passeio junto à Remax tinha que ir ver e agradeceu a informação, estavam sempre a corrigir passeios, tinham que ver esse passeio.

Relativamente à ligação do LIDL à Quinta da Amizade, era terreno privado, estava a ser estudado, havia já um desenho que estava a ser trabalhado, discutido e avaliado com o privado, para ver se conseguiam desbloquear aquela situação, era um reivindicação muito antiga, e estava desenhada no Plano de Mobilidade do Concelho, mas naquele momento estavam na fase de estudo e aprofundamento daquela matéria com o privado, embora houvesse uma proposta concreta de solução para o problema, que resolvia as questões que colocou.

Em relação às rotundas na Estrada Nacional 10, era IP, fizeram muitas propostas ao IP, concretamente para as zonas que referiu, havia propostas concretas feitas pela Câmara, para o IP, que não respondeu.

Insistiram com o IP visto que aquelas localizações eram cada vez mais difíceis de sair para a Nacional 10, eram perigosas, andavam muito por ali, no Sado, Gâmbia, e sentiam essa situação, mas não foi a primeira vez que tentaram, já tinham tentado há uns anos, o IP não disse nada, insistiram, o senhor Presidente da Câmara pediu para insistirem nessa matéria, e insistiram nessa matéria, e ainda não tinham resposta.

Não era um assunto adormecido ou esquecido, mas que não dependia deles, não podiam fazer ali nada sem autorização, mesmo para pagarem, embora a IP deveria fazer e pagar porque era um assunto relevante para o IP, por exemplo, no caso de Azeitão tinham dito: *“OK, se vocês pagarem podem fazer”*, mas o projeto era visto por eles, com regras terríveis, com ameaças se aquilo não funcionasse, o IP era muito difícil de trabalhar, mas tinham que trabalhar nalgumas situações, e a convicções que tinham era que outras situações também iriam ser resolvidas com eles.

A Sra. Vice-Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte uma horas e catorze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Vice-Presidente da Câmara,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de julho de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 58 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio